

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARIA DAS GRAÇAS VIRGÍLIO

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NO PROCESSO
DECISÓRIO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

**Florianópolis
2007**

MARIA DAS GRAÇAS VIRGÍLIO

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NO PROCESSO
DECISÓRIO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.
Orientador: Dr. Darci Schnorrenberger.

**Florianópolis
2007**

MARIA DAS GRAÇAS VIRGÍLIO

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NO PROCESSO
DECISÓRIO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo mencionados.

Professora Dra. Elizete Dahmer Pfitscher
Coordenadora de monografia do departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca:

Professor Orientador Dr. Darci Schnorrenberger
Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina

Professor João de Oliveira Nunes
Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina

Professor Nivaldo João dos Santos
Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis
2007

*Sem a tenacidade de meu orientador;
Sem a compreensão e paciência de meu esposo;
Sem a ajuda de meus pais;
Este trabalho não seria realizado. Por isso,
Dedico a eles o fruto de meu estudo.*

AGRADECIMENTOS

A Deus pela fé, coragem e inspiração concedida para que me mantivesse motivada para vencer mais uma etapa importante da minha vida. Sem a força deste Ser Superior nada seria.

Ao meu esposo Eduardo pelo incentivo, apoio e compreensão que me concedeu, pois, pacientemente soube tolerar o tempo ausente do convívio e pelo carinho por ele dedicado nesta longa jornada.

Aos meus pais Pedro e Herondina que me ensinaram a encarar a vida com respeito, responsabilidade e sempre estiveram presentes e compartilharam comigo os momentos mais difíceis. A vocês dedico minha formação moral e profissional.

Aos meus irmãos Pedro, Marcelo e suas esposas Iliane e Simara que sempre me deram incentivo para que continuasse na realização de meu sonho. Aqui em especial agradeço a meu irmão Márcio e sua esposa Karina que me acolheram e apoiaram sempre que precisei durante a preparação para ingressar na Universidade. A meu irmão caçula Maikon também o meu agradecimento especial pelas horas que precisei de sua ajuda e compreensão para realização de meu trabalho.

Aos demais familiares, em especial meus tios Maurício e Zilda, que me acolheram e apoiaram sempre que precisei durante a vida acadêmica. Sem a ajuda deles ficaria difícil a conquista desse sonho.

Ao professor Dr. Darcy Schnorrenberger pela orientação, dedicação e incentivo na realização deste trabalho durante o período que fui sua orientanda.

A todos os colegas de curso pela amizade, companheirismo e por serem fonte de estímulo e apoio durante esses quatro anos de vida acadêmica. Guardarei comigo para sempre as lembranças de nossa história.

À Universidade Federal de Santa Catarina, aos professores pela presteza de conhecimentos e pelo convívio. Juntos me proporcionaram um estudo gratuito e de qualidade.

Enfim, a todos que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

“Há os que lutam uma vez e são importantes. Os que lutam muitas vezes e são fundamentais, e há os que lutam sempre. Esses são imprescindíveis”

Brecht

RESUMO

VIRGÍLIO, Maria das Graças. Título: **A importância da Contabilidade no processo decisório das Micro e Pequenas Empresas**. 2007, 85f. Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Orientador: Professor Dr. Darci Schnorrenberger

Este trabalho desenvolve um estudo sobre a importância da Contabilidade no processo decisório das Micro e Pequenas Empresas, mostrando a necessidade de se ter acesso a informações úteis que permitem ao gestor administrar de maneira eficiente. As Micro e Pequenas Empresas são de grande importância para a economia nacional e representam um percentual bastante significativo do total de empresas registradas no Brasil. Assim, há a necessidade de se dar uma atenção especial a esse segmento, pois, muitas acabam encontrando dificuldades no decorrer de sua gestão e que pode afetar a sobrevivência da empresa. É objetivo deste trabalho demonstrar a importância da Contabilidade e como esta pode auxiliar na tomada de decisão através dos seus relatórios contábeis, uma vez que, verifica-se a necessidade de se ter controles úteis, significativos e confiáveis. Assim, inicialmente, buscou-se caracterizar as empresas deste porte e evidenciar sua relevância no contexto nacional. Em seguida, ainda no arcabouço teórico, identificou-se o potencial contributivo da contabilidade, no suporte à tomada de decisão de seus gestores. Na sequência, foi realizada uma pesquisa por meio de questionário, na qual se buscou verificar as informações contábeis geradas e utilizadas pelos gestores. Pode-se constatar que a tomada de decisão dos gestores, das empresas pesquisadas, pouco é influenciada pela contabilidade, assim como se constatou também, que os relatórios contábeis gerados não refletem a verdadeira situação patrimonial das empresas e que alguns dos gestores não querem ter conhecimento dos mesmos, pois não os utilizam na sua gestão. Sendo assim, conclui-se que, apesar de possuir grande potencial para contribuir e dar suporte no processo de tomada de decisão das micro e pequenas empresas, por razões diversas (difíceis de compreender, não representarem a realidade, ...) elas acabam sendo relegadas ao segmento plano na realidade destas empresas. Cabe aos profissionais contábeis, o desafio de repensar seu papel nestas organizações.

Palavras-chave: Contabilidade; Micro e Pequena Empresa; Tomada de Decisão.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Balanço Patrimonial	32
Quadro 2: Demonstração do Resultado do Exercício.....	35
Quadro 3: Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	36
Quadro 4: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	38
Quadro 5: Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.....	40
Quadro 6: Demonstração do Fluxo de Caixa.....	43
Quadro 7: Balancete de Verificação	45
Quadro 8: Demonstração do Valor Adicionado	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Setor de atuação	52
Gráfico 2: Tempo de atuação no mercado.....	53
Gráfico 3: Número de funcionários	54
Gráfico 4: Periodicidade do contato com o contador	55
Gráfico 5: Tipos de documentos fornecidos pela empresa para o escritório contábil.....	56
Gráfico 6: Pontualidade de entrega dos documentos.....	57
Gráfico 7: Serviços prestados pelo contador	58
Gráfico 8: Relatórios gerados pela contabilidade para as empresas.....	59
Gráfico 9: Relatórios contábeis utilizados nas empresas	61
Gráfico 10 Intensidade de uso dos relatórios gerados pela contabilidade.....	62
Gráfico 11: Periodicidade que a empresa recebe os relatórios contábeis.....	63
Gráfico 12: Comunicação utilizada para obter informações junto ao contador	65
Gráfico 13: Importância dos relatórios contábeis na gestão da empresa.....	66
Gráfico 14: Interpretação das informações contidas nos relatórios contábeis.....	67
Gráfico 15: Orientação sobre as questões contábeis	68
Gráfico 16: Realidade da empresa refletida pelos relatórios contábeis.....	69
Gráfico 17: Áreas que preocupam os gestores das empresas	70
Gráfico 18: Disponibilidade do uso dos relatórios contábeis	71
Gráfico 19: Disponibilidade em pagar mais ao profissional contábil para receber informações mais detalhadas.....	72

LISTA DE SIGLAS

BP – Balanço Patrimonial

CCL – Capital Circulante Líquido

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CSSL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa

DLPA – Demonstração do Lucro ou Prejuízo Acumulado

DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

ISS – Imposto Sobre Serviço

ORTN – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

PIS – Programa de Integração Social

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	TEMA E PROBLEMA	12
1.2	OBJETIVO	13
1.3	JUSTIFICATIVA	14
1.4	METODOLOGIA.....	15
1.5	DELIMITAÇÕES DA PESQUISA	17
1.6	ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	19
2.2	CLASSIFICAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA	21
2.3	A CONTABILIDADE COMO FONTE DE APOIO	24
2.4	A RESPONSABILIDADE DO PROFISSIONAL CONTÁBIL.....	27
2.5	RELATÓRIOS CONTÁBEIS	29
2.5.1	<i>Balanco patrimonial - BP.....</i>	<i>30</i>
2.5.2	<i>Demonstração do resultado do exercício - DRE</i>	<i>33</i>
2.5.3	<i>Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados - DLPA</i>	<i>35</i>
2.5.4	<i>Demonstração das mutações do patrimônio líquido - DMPL.....</i>	<i>36</i>
2.5.5	<i>Demonstração das origens e aplicações de recursos - DOAR</i>	<i>38</i>
2.5.6	<i>Demonstração do fluxo de caixa - DFC</i>	<i>41</i>
2.5.7	<i>Balancete de Verificação.....</i>	<i>43</i>
2.5.8	<i>Demonstração do valor adicionado - DVA.....</i>	<i>45</i>
2.5.9	<i>Notas Explicativas</i>	<i>47</i>
2.6	O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO.....	49
2.6.1	<i>Planejamento</i>	<i>50</i>
2.6.2	<i>Execução.....</i>	<i>50</i>
2.6.3	<i>Controle.....</i>	<i>51</i>

3	ANÁLISE E ENTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA	52
3.1	SETOR DE ATUAÇÃO	52
3.2	TEMPO DE ATUAÇÃO NO MERCADO	53
3.3	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	54
3.4	PERIODICIDADE DO CONTATO COM O CONTADOR	54
3.5	TIPOS DE DOCUMENTOS ENTREGUES	55
3.6	PONTUALIDADE DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS.....	56
3.7	SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS	57
3.8	TIPOS DE RELATÓRIOS GERADOS.....	59
3.9	RELATÓRIOS UTILIZADOS PELAS EMPRESAS	60
3.10	FREQUÊNCIA DE USO DOS RELATÓRIOS	62
3.11	PERIODICIDADE DO RECEBIMENTO DOS RELATÓRIOS	63
3.12	FORMAS DE OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....	64
3.13	IMPORTÂNCIA DADA PELA EMPRESA AOS RELATÓRIOS.....	65
3.14	COMPREENÇÃO DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS	66
3.15	BUSCA POR ORIENTAÇÃO	67
3.16	AMPLITUDES DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS	68
3.17	ÁREA DE PREOCUPAÇÃO DOS GESTORES	69
3.18	DISPOSIÇÃO EM UTILIZAR OS RELATÓRIOS	71
3.19	DISPOSIÇÃO EM PAGAR MAIS PELAS INFORMAÇÕES	71
3.20	COMENTÁRIOS FINAIS SOBRE A PESQUISA	72
4	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	74
4.1	CONCLUSÕES	74
4.2	RECOMENDAÇÕES.....	76
	REFERÊNCIAS	77
	APÊNDICE – QUESTIONÁRIO.....	81

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentam-se o tema e o problema de pesquisa, bem como as motivações para a escolha dos mesmos. Em seguida, evidenciam-se os objetivos propostos, a justificativa e a metodologia adotada neste trabalho. Por fim, encontram-se a delimitação da pesquisa e a organização deste estudo.

1.1 TEMA E PROBLEMA

O cenário econômico atual é marcado pela alta competitividade. Dessa forma, obter bom desempenho segundo os padrões históricos não garante, as empresas inseridas neste ambiente, um lugar de destaque. A queda das fronteiras dos mercados deu origem à globalização, caracterizada, principalmente, pela competitividade, que leva as empresas e companhias a passar por constantes reestruturações. Dessa forma, competir tornou-se sinônimo de planejamento, organização, controle e acompanhamento das atividades.

A rapidez com que as mudanças ocorrem e o impacto causado pela evolução da tecnologia da informação e da globalização estão cada vez mais avançados. No aspecto econômico, social e financeiro as empresas, independentemente do seu ramo de atividade ou porte, precisam rever suas estratégias e adaptar-se às novas realidades.

Há algum tempo, as micro e pequenas empresas fazem parte da história e desempenham um papel relevante na economia brasileira como alternativa de geração de emprego e renda. Representam uma parcela significativa do mercado e são consideradas como uns dos pilares de sustentação da economia nacional, em função de seu número, abrangência e capacidade de adaptação aos novos desafios (SEBRAE 2004). Porém a sua permanência no mercado é vistas como um desafio diante das dificuldades econômicas e administrativas.

Assim, desde a sua existência, as micro e pequenas empresas buscam conquistar um espaço e manter sua inclusão econômica e social, uma vez que, pela sua estrutura organizacional e também pela forma como são gerenciadas sofrem influências do ambiente e, por isso, precisam desenvolver ferramentas que agilizem e aperfeiçoem o processo decisório. As empresas que estão em atividades necessitam, a todo o momento, de informações úteis em relação ao que acontece dentro e fora do seu ambiente organizacional.

Conforme Deitos (2002), a informação é um recurso estratégico necessário para a

sobrevivência das empresas, sejam elas de grande, médio ou pequeno porte, haja vista a precisão de empregar da melhor maneira possível os recursos disponíveis.

Nesse contexto, a contabilidade auxilia a assegurar qualidade, produtividade e lucratividade às organizações através da transmissão de suas informações. Mais do que uma obrigação legal, a contabilidade é peça fundamental no dia-a-dia da empresa, um aliado no processo da tomada de decisão, pois os relatórios contábeis reúnem informações relevantes, que permitem aos gestores compreender a estrutura da sua organização para administrar com competência suas atividades.

Os empreendedores que buscam a eficiência e eficácia de seu negócio necessitam de dados precisos e oportunos para a gestão e mensuração. Assim, dependem fundamentalmente de dados pertinentes sobre o ambiente em que as suas empresas atuam. É neste contexto que a contabilidade se torna importante, pois estabelece conceitos e técnicas para a preparação das informações utilizadas pela gerência, no planejamento e no controle das operações de sua empresa.

Assim, a contabilidade se constitui como um instrumento necessário, uma forma de auxílio e orientação, que visa dar aos empreendedores habilidade e segurança na gestão de seu negócio. Os relatórios contábeis subsidiam decisões racionais, assessoram os gestores e permitem que estes antevejam os problemas, ou seja, não são apenas demonstrações estáticas que revelam dados passados.

A contabilidade é uma ferramenta presente na administração e no gerenciamento das micro e pequenas empresas. Dessa forma pretende-se demonstrar a importância desta como fonte de apoio para a tomada de decisões gerenciais, pelos micro e pequenos empresários. A partir dessa constatação, busca-se, com este trabalho, uma resposta ao seguinte problema da pesquisa:

Qual a importância e utilização da contabilidade para tomada de decisões nas micro e pequenas empresas?

1.2 OBJETIVO

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar o grau de utilização das demonstrações contábeis pelos micro e pequenos empresários, para a tomada de decisões.

Num nível maior de detalhamento, a partir do objetivo geral têm-se os seguintes

objetivos específicos:

- caracterizar micro e pequena empresa, dando ênfase a sua importância no contexto sócio-econômico;
- demonstrar o suporte informacional, a importância e potencial contributivo da contabilidade para as micro e pequenas empresas, em termos de suporte a tomada de decisões; e
- apresentar a intensidade de uso da contabilidade nas micro e pequenas empresas pesquisadas.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com a abertura do mercado e a conseqüente globalização e acirramento da concorrência, torna-se crescente a importância da micro e pequena empresa para o desenvolvimento do país. A sobrevivência destas é fundamental para a economia brasileira, pois são sinônimos de distribuição de renda e emprego.

Apesar disto os dados apontam para uma triste realidade. Segundo dados do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (2004) grande parte das micro e pequenas empresas acabam encerrando suas atividades nos primeiros anos de serviço. O levantamento da taxa de mortalidade revelou que 49,9% das organizações encerram as atividades com até 2 anos de existência, 56,4% com até 3 anos e 59,9% com até 4 anos. Na maioria dos casos, este encerramento prematuro das atividades decorre por vários fatores, dentre estes a ineficiência na administração da organização.

Entende-se que os gestores precisam adotar instrumentos de controle, entre estes aqueles fornecidos pela contabilidade que, de modo geral, garantem a competitividade e auxiliam na sobrevivência das empresas. É necessário que os gestores visualizem o ambiente interno, em suas atividades, e seu desempenho junto às exigências impostas pelo ambiente.

De acordo com Junior e Begalli (1999) a contabilidade deve ser vista como um sistema de informações, cujo procedimento de trabalho consiste, simplificadaamente, em coletar, processar e transmitir dados sobre a situação econômico-financeira da empresa e sua evolução no decorrer do seu exercício.

A contabilidade aparece como um instrumento necessário e que pode cooperar para que essa situação se reverta, visto que muitos dos empreendedores têm pouca formação que

lhes garanta habilidade e segurança na gestão de seu negócio, tornando-se importante à busca por auxílio e orientação.

Neste sentido, esta pesquisa tem como contribuição teórica evidenciar a importância da contabilidade como fonte de apoio para as micro e pequenas empresas, na busca pela decisão referente aos seus negócios, tornando assim maior a sua expectativa de vida, uma vez destacada sua importância num mercado globalizado e altamente competitivo.

Já a contribuição prática consiste em desenvolver um estudo em algumas micro e pequenas empresas da grande Florianópolis, de modo a demonstrar, de forma clara e objetiva, o entendimento do referido assunto pelos gestores pesquisados. Pretende-se também, evidenciar a utilidade e a importância da contabilidade pelos micro e pequenos empresários.

Dessa forma, com este trabalho procura-se proporcionar a sociedade benefícios que, por meio de informações, as micro e pequenas empresas possam se desenvolver com mais agilidade e segurança, de modo que a sua permanência no mercado seja duradoura e contribua para a formação de um futuro melhor. Pois a sobrevivência das micro e pequenas empresas beneficia a economia nacional, bem como contribui para a redução da taxa de desemprego, pois, as mesmas são geradoras de um número significativo de empregos.

Este trabalho justifica-se não somente como exercício acadêmico, mas também para demonstrar como a contabilidade é importante e como esta possui informações úteis e que auxiliam no processo de tomada de decisão pelos gestores das micro e pequenas empresas.

1.4 METODOLOGIA

A pesquisa é entendida como um estudo voltado a aprofundar os conhecimentos e que busca encontrar respostas aos problemas levantados para a concretização do assunto pesquisado. Segundo Fachin (1993, p.101),

a pesquisa é um procedimento intelectual para adquirir conhecimentos, através da investigação da realidade e busca de novas verdades sobre um fato (objeto, problema). Com base em métodos adequados e técnicas apropriadas, o pesquisador busca conhecimentos específicos, respostas ou soluções do problema estudado. Ao resultado de uma pesquisa não se deve atribuir verdade absoluta, pois as descobertas são sempre renovadas.

Assim, a elaboração desta pesquisa tem como resultado uma monografia. Esta por ser uma pesquisa científica, necessita de procedimentos metodológicos, por isso, faz-se necessária a definição do que seja. Conforme Beuren e Longaray (2003, p. 40), “é um

trabalho acadêmico que objetiva a reflexão sobre um tema ou problema específico e que resulta de um procedimento de investigação sistemática”. Portanto, tem-se como meta principal buscar atingir seus objetivos, possibilitando um estudo completo e com qualidade, que possa beneficiar futuros estudantes da área contábil, bem como os micro e pequenos empresário, se assim desejarem.

Quanto aos objetivos delineados, a presente pesquisa configura-se como exploratória. Conforme Gil (1987, p. 45), “esta pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. [...] têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”. Trata-se de um estudo exploratório porque se busca, neste trabalho, demonstrar a importância que a contabilidade tem para as micro e pequenas empresas. E é através da pesquisa exploratória que se buscam mais possibilidades de respostas para a questão abordada.

Com relação aos procedimentos técnicos, esta pesquisa constitui-se a partir da reunião de obras, informativos especializados, tais como artigos, livros e resultados de outras pesquisas disponíveis para a consulta relacionada ao assunto. Sendo assim, classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, que segundo Cervo e Bervian (1983, p. 255) é aquela que,

procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Além disso, esta pesquisa também se classifica como um levantamento, que de acordo com Gil (1987, p. 56) é aquela pesquisa que se “caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações [...] para obterem-se as conclusões correspondentes aos estudos coletados.” Dessa forma, nesta pesquisa, aplica-se o procedimento em micro e pequenas empresas da grande Florianópolis, tendo em vista a resposta ao problema aqui adotado.

Ressalta-se que, por procurar maior profundidade neste estudo, o levantamento tem como fonte de obtenção de dados um questionário que de acordo com Fachin (1993, p. 121),

no questionário, a informação coletada pelo estudioso limita-se tão somente às respostas escritas e preenchidas pelo próprio pesquisado. [...] o questionário consiste num elenco de questões que são apreciadas e submetidas a certo número de pessoas com o intuito de obter respostas para a coleta de informações. E, para que a coleta de informações seja significativa, cabe verificar os meios de como, quando e onde obter as informações.

É por meio do questionário que se obterão informações sobre o tema de pesquisa, que

auxiliarão, por fim, na realização da parte teórica. Na realização da pesquisa, utilizou-se dois critérios para selecionar as empresas e aplicar os questionários. O primeiro foi o porte da empresa e o segundo foi pela facilidade e aproximação dos gestores.

Quanto à abordagem do problema, este estudo requer uma abordagem qualitativa. Segundo Richardson (1999, p. 80), “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Portanto, este trabalho busca atingir seus objetivos por meio dos procedimentos descritos acima, de forma a promover um estudo mais completo e abrangente e que possa beneficiar outros estudos, bem como os micro e pequenos empresários.

1.5 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

Este trabalho tem como objetivo demonstrar a importância da contabilidade no processo decisório das micro e pequenas empresas. Dessa forma, definem-se algumas delimitações para a realização deste trabalho.

Quanto ao campo de estudo, o mesmo se restringe apenas as micro e pequenas empresas que são localizadas na região da grande Florianópolis.

A pesquisa se delimita também ao uso do questionário, como fonte de coleta de dados, isto com o intuito de somente responder ao conhecimento pretendido.

Como se trata de uma pesquisa dirigida, com conclusões dela resultando, tem validade restrita às empresas estudadas.

1.6 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa apresenta informações e dados com a intenção de mostrar aos estudantes, profissionais e micro e pequenos empresários a importância da contabilidade e o quanto esta ciência, por meio de seus relatórios, pode auxiliar na tomada de decisão dentro de suas organizações.

Para facilitar o entendimento do assunto, este trabalho é dividido em quatro seções: 1) Introdução; 2) Fundamentação Teórica; 3) Análise e interpretação dos dados pesquisados; e 4)

Conclusões.

No primeiro capítulo encontram-se o tema e o problema de pesquisa, em seguida tem-se os objetivos, geral e específicos; a justificativa; a metodologia utilizada; as delimitações da pesquisa e a organização do estudo.

No segundo capítulo está a fundamentação teórica, com a contextualização de micro e pequenas empresas; a classificação do porte das empresas; a importância da contabilidade, do contador e dos relatórios contábeis, para as micro e pequenas empresas dentro do cenário econômico; além da descrição do processo decisório e de suas etapas.

No terceiro capítulo apresentam-se os dados coletados, mediante questionário, junto aos contadores e seus respectivos clientes. O foco deste capítulo é detectar as informações prestadas pelos contadores e a forma como a contabilidade é utilizada pelos micro e pequenos empresários.

No quarto capítulo estão as conclusões sobre o assunto pesquisado e as recomendações para futuros trabalhos sobre o tema.

E, por fim, encontram-se as referências bibliográficas e os documentos em apêndice.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se a contextualização da pequena e média empresa, dentro do cenário econômico atual. Em seguida, busca-se, entre as fontes disponíveis, uma classificação adequada aos fins desta pesquisa, do que seja micro e pequena empresa.

Evidencia-se, também, a importância da contabilidade, do contador e dos relatórios contábeis para as micro e pequenas empresas, pois estes tem potencial para auxiliar o empreendedor a identificar tanto as oportunidades quanto as ameaças que o mercado oferece a sua empresa. Por fim, neste capítulo, encontra-se a descrição do processo decisório e de suas etapas: planejamento, controle e execução.

2.1 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A velocidade com que as mudanças ocorrem e o impacto causado pela evolução da tecnologia da informação e da globalização no ambiente organizacional é inegável. Tais fatores influenciam no aspecto financeiro e econômico das empresas que, independentes do seu ramo de atividade ou porte, precisam rever suas estratégias e adaptar-se as novas realidades para se manterem vivas no mercado.

As dificuldades de sobrevivência das empresas tornam-se ainda maiores quando estão inseridas em ambientes de concorrência acirrada. Com isso, é crescente a necessidade das empresas de controlar suas atividades e processos com maior exatidão. Isto faz com que apliquem ferramentas gerenciais que facilitem a otimização dos recursos captados.

Neste cenário destaca-se a participação das micro e pequenas empresas, devido a sua importância no desenvolvimento econômico. Muitas nascem de um sonho, e tornam-se geradoras de emprego e renda.

De acordo com Deitos (2002), a importância que se dá a este segmento de empresas justifica-se por estas representarem uma porcentagem significativa e importante no cenário da economia nacional.

Um fator determinante disso é a alta porcentagem de micro e pequenas empresas no Brasil, com relação ao total de empresas existentes. Os dados do SEBRAE (2004) demonstram que as micro e pequenas empresas correspondem a 99,2% do total das empresas existente no Brasil apesar da proporção em termos de riqueza total gerada ser quase inversa.

Assim, somente 0,8% correspondem a empresas brasileiras de grande porte, e, portanto, mais estruturadas. Isso confirma que, cada vez mais, as micro e pequenas empresas são peças fundamentais para a economia nacional.

Barros (1978, p. 22) afirma que as “Pequenas e Médias Empresas mostram-se, hoje em dia, cada vez de forma mais dinâmica, e as próprias tendências econômicas e sociais futuras parecem lhe assegurar sólidas garantias de sucesso”.

Chiavenato (1995, p. 19) deixa claro que as “pequenas empresas constituem o cerne da dinâmica da economia dos países, as impulsionadoras dos mercados, as geradoras de oportunidades, as proporcionadoras de empregos mesmo em situações de recessão”.

Pode-se observar, desta maneira, que num país em desenvolvimento, como o Brasil, as micro e pequenas empresas, longe de diminuir a sua importância, têm um papel significativo no processo do setor industrial, e isto tem de ser reconhecido por todos os interessados em alcançar maiores níveis de industrialização.

Conforme Deitos (2002), as micro e pequenas empresas apresentam características próprias e que diferem das demais. Características estas que se referem tanto a sua forma de organização, quanto ao relacionamento existente entre fornecedores, clientes, instituições governamentais e outros. Dentre as principais destacam-se:

- estrutura organizacional simples;
- limitação de recursos humanos;
- ausência de burocracia interna;
- baixo grau de diversificação produtiva;
- limitação de recursos financeiros;
- produção para mercados locais ou especializados;
- proximidade do mercado e do cliente;
- rapidez de resposta; e
- flexibilidade e adaptabilidade à mudanças do entorno.

Por possuírem características diferente e em função da abertura e expansão do mercado, provocada pela globalização, tais empresas, para sobreviverem, têm de ser tão competitivas quanto as grandes empresas. Portanto, à medida que as empresas se desenvolvem, torna-se vital que os decisores das pequenas e médias empresas estejam pautadas em informações oportunas e confiáveis para facilitar a tomada de decisão. É necessário uma melhor organização e estruturação de seus processos, mediante a criação de

mecanismos de controle, planejando as ações não só para o curto prazo, mas também para o médio e longo prazos.

2.2 CLASSIFICAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA

Encontram-se, na literatura e em publicações pertinentes, diversos parâmetros para classificar as empresas como micro e pequenas empresas, porém não há unanimidade sobre a delimitação do segmento das mesmas. Verifica-se, na prática, uma variedade de critérios para a sua definição, sendo esta tanto por parte da legislação específica, como por parte de instituições financeiras oficiais e órgãos representativos do setor. Dentre os mais utilizados destacam-se o: número de empregados e o faturamento bruto anual ou receita anual.

Os critérios existentes para classificação das empresas quanto ao porte constituem-se num fator importante de apoio as micro e pequenas empresas, pois estas podem usufruir de benefícios e incentivos dados pela legislação.

Em 28 de novembro de 1984, passou a vigorar a Lei Federal nº 7.256 conhecida como “estatuto da micro empresa”. Neste dispositivo se encontra o primeiro conceito de micro e pequena empresa e as normas relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido que estas possuem, nos campos administrativos, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial. Segundo o artigo 2º da referida lei, considera-se: microempresas as pessoas jurídicas/firmas individuais que tiverem receita bruta anual igual ou inferior ao valor nominal de 10.000 (dez mil) ORTN - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, tomando-se por referência o mês de janeiro do ano-base.

Nesta mesma lei verifica-se no seu art. 3º, que não estão incluídas no regime da presente lei as empresas que:

- I constituída sob a forma de sociedade por ações;
- II - em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;
- III - que participe de capital de outra pessoa jurídica ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência desta Lei;
- IV - cujo titular ou sócio participe, com mais de 5% (cinco por cento) do capital de outra empresa, desde que a receita bruta anual global das empresas interligadas ultrapasse o limite fixado no artigo anterior;
- V - que realize operações relativas a:
 - a) importação de produtos estrangeiros, salvo se estiver situada em área da Zona Franca de Manaus ou da Amazônia Ocidental, a que se referem os Decretos-leis nºs 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 356, de 15 de agosto de 1968;
 - b) compra e venda, loteamento, incorporação, locação e administração de imóveis;
 - c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;
 - d) câmbio, seguro e distribuição de títulos e valores mobiliários;

e) publicidade e propaganda, excluídos os veículos de comunicação;
 VI - que preste serviços profissionais de médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, economista, despachante e outros serviços que se lhes possam assemelhar.

O tratamento diferenciado estabelecido pela lei tende a favorecer e facilitar a constituição e o funcionamento das micro e pequenas empresas para que estas possam fortalecer sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.

No entanto, de acordo com o novo Estatuto da Micro e Pequena Empresa, aprovado pela Lei 9.841 de 5 de outubro de 1999, o qual substituiu a Lei 7.256, mantém o critério para conceitua-las com base na receita bruta anual, porém os valores estabelecidos foram modificados e atualizados pelo Decreto 5.028 de 31 de março de 2004. Dessa forma, os limites estabelecidos são:

I - microempresa, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 433.755,14 (quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos);
 II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 433.755,14 (quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos) e igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00 (dois milhões, cento e trinta e três mil, duzentos e vinte e dois reais).

Assim como na lei anterior, esta lei determina, em seu artigo 3º, que não se incluam no regime desta Lei a pessoa jurídica em que haja participação:

I - de pessoa física domiciliada no exterior ou de outra pessoa jurídica;
 II - de pessoa física que seja titular de firma mercantil individual ou sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado na forma desta Lei, salvo se a participação não for superior a dez por cento do capital social de outra empresa desde que a receita bruta global anual ultrapasse os limites de que tratam os incisos I e II do art. 2º.
 Parágrafo único. O disposto no inciso II deste artigo não se aplica à participação de microempresas ou de empresas de pequeno porte em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcios de exportação e outras formas de associação assemelhadas, inclusive as de que trata o art. 18 desta Lei.

De acordo com o SEBRAE, o critério para definição de micro e pequena empresa baseia-se nos parâmetros de ocupação pessoal. Assim, este tipo de classificação não considera o faturamento obtido, mas sim, a mão-de-obra empregada de acordo com a atividade exercida.

Dessa forma considera-se microempresa aquela que emprega até nove pessoas no ramo de atividade de comércio e serviços e até dezenove pessoas na indústria e construção. A pequena empresa emprega de dez a quarenta e nove pessoas no comércio e serviços e de vinte a noventa e nove pessoas na indústria.

Verifica-se que as estatísticas sobre micro e pequenas empresas utilizam-se deste

critério de classificação nos levantamentos que tem como fontes de dado o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Este determina também que a definição abrange não somente os empregados, mas inclui também os proprietários das empresas, dessa forma é possível dispor de informação sobre o número de unidades empresárias classificadas como micro e pequena empresa que não empregam trabalhadores, mas funcionam como fator de geração de renda para seus proprietários.

No ano de 1997, entra em vigor a Lei Federal nº. 9.317/96 que estabelece outra forma de classificar o que é micro e pequenas empresas. Esta lei dispõe sobre o regime tributário das micro e pequenas empresas, chamado SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Micro e das Empresas de Pequeno Porte. Para os fins do disposto nesta Lei, o artigo 2º define:

I - microempresa e a empresa de pequeno porte como: microempresa a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

II - Empresa de pequeno porte a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Entretanto, em julho de 2007, entra em vigor a Lei 123 de 01 de julho de 2006, que determina a exclusão do SIMPLES e dá origem ao SIMPLES NACIONAL. A Lei 123 estabelece preceitos gerais relativos ao tratamento tributário diferenciado e favorecido das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias.

De acordo com o artigo 3º desta lei considera-se:

microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 do Código Civil, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00;

II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00.

O mesmo artigo determina no seu parágrafo 4º que:

Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta

Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X – constituída sob a forma de sociedade por ações.

Cabe ressaltar que esse novo tipo de tributação implica no recolhimento mensal, mediante documento único do IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica, IPI - Imposto Sobre Produto Industrializado, CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, PIS - Programa de Integração Social, INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço e ISS - Imposto Sobre Serviço. Entretanto, em alguns desses tributos há exceções, pois o recolhimento varia.

2.3 A CONTABILIDADE COMO FONTE DE APOIO

O desenvolvimento tecnológico, o crescimento acelerado das empresas, o aumento da competitividade e a complexidade do ambiente econômico dificultam o entendimento e a administração dos negócios. Com isso que as atribuições requeridas para que uma organização obtenha êxito, devem ser diferenciadas e estruturadas. A consequência natural deste processo é a necessidade, cada vez maior, de informações que auxiliem os empresários no processo decisório.

Para Beuren (1998, p.43), “o desafio maior da informação é o de habilitar os gestores a alcançar os objetivos propostos para a organização, por meio do uso eficiente dos recursos disponíveis”.

No entanto, a quantidade de informações a qual as empresas estão expostas diariamente, requer um gerenciamento eficiente, sendo esse aspecto parte integrante do processo decisório dos administradores dentro das mesmas.

A informação é um importante aliado para tomada de decisão, e torna-se determinante para o sucesso gerencial das micro e pequenas empresas. Ela proporciona a comunicação reduzindo incertezas, e é capaz de gerar benefícios aos usuários ao contribuir na definição dos objetivos de uma empresa, no estabelecimento de suas estratégias e políticas, na avaliação e decisão sobre as alternativas de expansão e investimentos necessários, e nos próprios resultados de negócios.

Ao observar a literatura contábil, sabe-se que a Ciência Contábil têm como objeto de estudo o patrimônio da entidade e que, dentre as suas funções destacam-se a capacitação, o registro, o resumo e a interpretação dos fenômenos que afetam as situações patrimoniais. Diariamente, no âmbito interno e externo das micro e pequenas empresas, os responsáveis pela administração estão sempre diante da necessidade de tomar decisões os quais podem influenciar no sucesso ou fracasso do negócio.

Para Crepaldi (1998, p. 18), “o papel da contabilidade torna-se ainda mais importante nas complexas economias modernas. Uma vez que os recursos são escassos, temos de escolher entre as melhores alternativas, e para identificá-las são necessários os dados contábeis.”.

Segundo Iudícibus (1997, p. 08) a contabilidade é “o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação.”

A contabilidade representa uma ferramenta essencial para que à administração possa tomar suas decisões. Ela recolhe todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou comunicados, que contribuem sobremaneira para futuras decisões.

Favero et al (1995, p. 13) explica que:

a Contabilidade tem por finalidade analisar, interpretar e registrar os fenômenos que ocorrem no patrimônio das despesas físicas e jurídicas, busca demonstrar a seus usuários, através de seus relatórios próprios (Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido ou Demonstrações de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Balanço Patrimonial, Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e outros), as informações sobre o comportamento dos negócios para a tomada de decisões.

Já Figueiredo (1995, p. 32), ressalta que a contabilidade pode ser definida como:

um sistema de informação e mensuração de eventos que afetam a tomada de decisão. É comumente analisada como uma série de atividades ligadas mediante um conjunto progressivo de passos, começando com a observação, a coleta, o registro, a análise e, finalmente, a comunicação da informação aos usuários.

Percebe-se que existe uma forte ligação entre a contabilidade e o processo de informação e comunicação nas empresas. Dessa forma, a contabilidade não se limita a registrar, apenas, os números ou relatórios que afetam o patrimônio da empresa, mas tem o compromisso de transformar esses, em informações que sirvam de base para projeções, comparações, controles, planejamentos, enfim, que auxiliem os administradores na gestão e tomada de decisão.

Nos últimos tempos, a administração das empresas, dadas às contingências da própria vida em sociedade, tem se modificado tanto em tamanho quanto em complexidade. Este fato faz da contabilidade um instrumento cada vez mais indispensável para a segurança e desenvolvimento da empresa. A existência da contabilidade decorre da necessidade de se conhecer e controlar os componentes e as variações do patrimônio, riqueza imprescindível à satisfação das necessidades humanas.

De forma a viabilizar um conjunto de questões que sinalizem para um aperfeiçoamento do negócio, pode-se questionar os gestores das micro e pequenas empresas sobre quais os mecanismos utilizados para gerenciar seus negócios, bem como os critérios utilizados no momento da decisão administrativa no que se refere às informações contábeis as quais os mesmos têm acesso. Em um momento em que as dificuldades exigem esquemas quase perfeitos na condução de qualquer negócio, uma decisão mal tomada poderá ser fatal para a empresa.

Conforme Deitos (2002), os sistemas de informações contábeis, desde que planejados para atender a necessidade de informações gerenciais de seus usuários, podem conferir, a qualquer empresa, uma maior segurança no processo de tomada de decisão.

A contabilidade nas micro e pequenas empresas deve ser uma parceira na gestão. O empreendedor deve conscientizar-se de que a empresa sem a contabilidade é uma organização sem memória e apresentará dificuldades em sobreviver ou planejar seu crescimento.

Nas micro e pequenas empresas os responsáveis pela tomada de decisão necessitam das informações contábeis adequadas para dar suporte as suas decisões. Conforme Oliveira (1987), a informação é a matéria-prima do processo de tomada de decisão. Mais importante que a informação, somente a sua utilização.

Porém, estruturar essas informações e dar suporte de uma maneira que possa ser aplicados a objetos ou eventos que ainda estão por se realizar é uma tarefa complexa. Entretanto, a precisão destas é de fundamental importância, uma vez que, promover

informações válidas, confiáveis, apropriadas é fundamental para cada decisão a ser tomada.

Os administradores necessitam, no desempenho de suas funções, obter informações que lhes permitam acompanhar o desenvolvimento das atividades e analisar os resultados, delineando finalidades e políticas de negócio que possibilitem a obtenção de seus objetivos finais. Essas informações podem ser obtidas quando se estabelece a relação entre Contabilidade e a Administração, pois, é ela que pode fornecer ao administrador tais informações.

Para Favero et al (1995, p. 13),

a medida que a Contabilidade procura através de um conjunto básico e padronizado de informações atender diversos usuários adaptando-o de acordo com os requisitos específicos de cada um, percebe-se que está atingindo seu objetivo. Na verdade, gerar informações oportunas de acordo com o modelo decisório de cada usuário não é tarefa fácil. Todavia, é uma meta que se busca atingir via aperfeiçoamento da Contabilidade, e, nesse caminho, o importante é ter consciência de que a etapa mais significativa é conhecer melhor os requisitos dos usuários da informação contábil.

A utilização da contabilidade faz com que as pessoas responsáveis por decisões nas organizações estejam munidas de instrumentos gerenciais de controle que possam lhe beneficiar. Avaliar o desempenho, a fim de conhecer e discutir os problemas existentes é uma das funções diárias dos gestores. Na busca por informações mais precisas, a contabilidade assume o papel de oferecer elementos que traduzam a realidade da organização.

Sabe-se que todas as informações da empresa devem passar pela contabilidade e que esta deve, da melhor maneira, evidenciar as respostas de que os gestores necessitam para a tomada de decisão. Essas informações repassadas pela contabilidade seriam transmitidas por meio da geração dos relatórios contábeis, que, além dos dados requeridos pelos gestores, devem gerar conhecimentos. Com isso, alternativas diferentes podem ser apontadas, e soluções implementadas, fortalecendo assim toda a empresa. Propiciar documentos úteis e relevantes é encontrar as respostas certas para as questões fundamentais, em toda a empresa, com um enfoque constante sobre o que deve ser feito de imediato e mais tarde.

2.4 A RESPONSABILIDADE DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Atualmente, espera-se que o profissional contábil esteja em constante evolução além de que se espera que o mesmo detenha uma série de atributos indispensáveis nas diversas especializações desta profissão. O contador deve estar mais atualizado, mais dinâmico, mais inovador e mais exigente. Cabe-lhe a responsabilidade em promover a máxima utilização da

informação contábil e procurar, atender às diferentes necessidades dos diversos usuários. Indiscutivelmente é necessário que o profissional de Contabilidade se especialize cada vez mais para que possa adquirir conhecimento e enfrentar um mercado de trabalho sem fronteiras, cuja competição e exigências crescem rapidamente. Dessa forma, o profissional acabará contribuindo para o desenvolvimento da profissão contábil, bem como, para seu crescimento profissional.

Há muito tempo, o profissional da contabilidade é visto, pelos microempresários, como profissionais indiretos do fisco e do governo, e que estes são destinados a realização de cálculos, preenchimento de guias e formulários estabelecidos por lei. A visão é a de que o profissional contábil e a contabilidade representam apenas uma despesa, sem qualquer papel gerencial. Sendo assim, hoje, o contador tem a obrigação de reverter esta situação e demonstrar, que tudo isso, é uma injustiça praticada contra a profissão contábil, e que a contabilidade e as informações prestadas por esta são indispensáveis para a sociedade como um todo.

O contador é o profissional mais próximo do pequeno e médio empresário e deve fornecer informações consistentes ao mesmo, auxiliando-o na interpretação dos relatórios para que o mesmo possa estar mais preparado para tomar decisões corretas. Dessa forma, o profissional que tem como uma das suas responsabilidades gerarem informações e verificar se as mesmas servem como apoio as decisões dos gestores, precisam estar preparado para atender as necessidades de uma economia globalizada.

Iudícibus e Marion (1999, p. 43) ressaltam que “a tarefa básica do contador é produzir e/ou gerenciar informações úteis aos usuários de Contabilidade para a tomada de decisões.”

Para Montaldo (1995, p. 32) o contador,

deve desempenhar aqui um papel importante nas negociações inter-regionais, assessorando, pesquisando, trazendo informações e elementos que assegurem o fluxo de informação contínua, que leva a uma tomada de decisão racional, devendo oferecer um serviço socialmente útil e profissionalmente eficiente, que não seja apenas fruto da experiência e da formação universitária recebida, mas também de seu compromisso de incrementar e renovar constantemente o caudal de seus conhecimentos em prol da unidade regional.

O profissional contábil, neste contexto, atua como peça fundamental para a orientação dos gestores da organização na hora da tomada de decisão, e devem estar mais preocupados com a utilidade, transparência, clareza e objetividade das demonstrações contábeis para o usuário, do que com a simples apuração e escrituração de dados. Não basta produzir os relatórios contábil-financeiros, mas saber traduzi-los de forma que o gestor tome a melhor

decisão.

O papel da contabilidade é receber dados de seus usuários e devolve-lhes informações. Com isso, cabe ao profissional contábil transformar esses dados em relatórios, produzidos corretamente e que demonstrem a realidade para que possa ser útil no processo decisório.

Para uma organização ter bom desempenho, é necessário que esteja equiparada com um bom sistema de informação contábil e que este se relacione bem com os ambientes internos e externos para haver um equilíbrio em seus subsistemas operacionais. As informações prestadas pelo sistema contábil são vitais para que o sistema como um todo venha prosperar. Segundo Beuren (2000, p. 28) ao “projetar um sistema de informações, faz-se necessário analisar cuidadosamente o processo de decisão e o fluxo de informações existentes. Esses dois fatores são essenciais e inseparáveis no desenho e arquitetura de um sistema de informações gerenciais.”

Dentro de uma empresa o contador é um “comunicador” em potencial, pois está em sintonia com todas as áreas. Nasi (1994, p. 5) cita que:

o contador deve estar no centro e na liderança deste processo, pois, do contrário, seu lugar vai ser ocupado por outro profissional. O contador deve saber comunicar-se com as outras áreas da empresa. Para tanto, não pode ficar com os conhecimentos restritos aos temas contábeis e fiscais. O contador deve ter formação cultural acima da média, inteirando-se do que acontece ao seu redor, na sua comunidade, no seu Estado, no seu País e no mundo. O contador deve participar de eventos destinados a sua permanente atualização profissional. O contador deve estar consciente de sua responsabilidade social e profissional.

A profissão contábil, assim como qualquer outra, é o exercício da competência gerido pela ética. Esta determina que seja feito de forma correta, consistente com boa reputação da profissão. Poucas são as profissões que se expõem tanto a corrupção quanto a Contabilidade, entretanto, somos capazes de contribuir decididamente no processo de impedir e combater a tal ato inescrupuloso. São profissionais que trabalham diariamente com dados que levam a tomada de decisão, portanto toda a sociedade espera lealdade e transparência dos informes contábeis, fruto da competência profissional, mas, principalmente, de uma postura ética.

2.5 RELATÓRIOS CONTÁBEIS

Diante do já exposto, percebe-se que a contabilidade é uma ciência que gera informações para a tomada de decisão, ou seja, informações para que cada usuário possa avaliar e utiliza-las com segurança.

Em teoria, um dos principais objetivos das informações contábil-gerenciais é atender as necessidades e dificuldades que as organizações encontram diariamente no seu processo administrativo por meio do seu principal recurso a ser processado à informação, para que assim, possa dar apoio e conhecimento ao processo de gestão empresarial.

Para Frezatti (1997, p. 28), “um instrumento gerencial é aquele que permite apoiar o processo decisório da organização, de maneira que ela seja orientada para os resultados pretendidos.”

A título de ilustração, apresentam-se alguns relatórios contábeis onde a contabilidade fornece dados formais, científicos e universais, com informações que podem contribuir para que o administrador possa tomar sua decisão.

Cabe ressaltar que nem todos os relatórios são exigidos por lei. Segundo a Lei das Sociedades por Ações 6.404/76 em seu art. 176 menciona que:

Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício;

IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.

A mesma lei citada acima, em seu art. 186, parágrafo 2º, estabelece que a empresa pode elaborar e publicar a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, que contém, inclusive, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

No entanto, a escrituração contábil completa se faz necessária a qualquer empresa como principal ferramenta de controle, para que se possam avaliar corretamente todos os dados e resultados obtidos.

Na seqüência abordam-se, individualmente, alguns relatórios, exigidos pela legislação e que auxiliam no processo de gestão, bem como os relatórios que não são exigidos pela legislação, mas que são importantes para o processo decisório da organização.

2.5.1 Balanço patrimonial - BP

O balanço patrimonial é o relatório contábil que visa demonstrar, quantitativamente a situação patrimonial da organização em um determinado momento, usualmente no fim do ano ou em uma data prefixada. É uma demonstração, portanto, com posição estática. Conforme

Junior e Begalli (1999, p. 65),

O Balanço Patrimonial é um relatório estático, isto é, apurado em determinada data. No Brasil, devido à obrigatoriedade de apurar resultados fiscais em período coincidente com o ano civil, as empresas costumam adotar o mesmo período como exercício social. Entretanto, como esse período nem sempre é adequado para a apuração de resultados operacionais, gerencialmente pode ser adotado outro período, que, regra geral, é mais curto.

O artigo 178 da Lei 6.404/76 determina que, “No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupados de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.”.

É através do balanço patrimonial que se observam todos os bens, direitos e obrigações que a organização possui no momento em que encerra o seu exercício social. Sendo assim, para se ter essa visualização o mesmo é dividido em dois grandes grupos: o ativo e passivo.

Segundo Marion (1998, p. 53), “o Balanço Patrimonial (BP) é constituído de duas colunas: a coluna do lado direito, denominada Passivo e Patrimônio Líquido; e a coluna do lado esquerdo, denominado ativo”.

O ativo compreende as aplicações de recursos, onde se registram os bens e direitos de propriedade da organização. Este se subdivide em ativo circulante, ativo realizável a longo prazo e ativo permanente. O passivo compreende as exigibilidades e as obrigações, assim como os recursos dos proprietários aplicados no empreendimento. Este se subdivide em passivo circulante, passível exigível a longo prazo, resultados de exercícios futuros e patrimônio líquido.

O balanço patrimonial, por se tratar de um relatório contábil, estabelecido por lei, tem sua estrutura predefinida. Dependendo da empresa pode ser composto por diversas contas, próprias de cada segmento ou empresa.

Na seqüência apresenta-se o modelo de Balanço Patrimonial.

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE Disponível Clientes Outros créditos Investimentos Temporários Estoques Despesas do Exercício Seguintes	PASSIVO CIRCULANTE Empréstimos e Financiamentos Fornecedores Obrigações Fiscais Obrigações Sociais Outras Obrigações Provisões
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO Créditos e Valores Investimentos Temporários Despesas Antecipadas	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital Social Reservas de Capital Reserva de Reavaliação Reserva de Lucros Lucros/(Prejuízos) Acumulados Ações em Tesouraria
ATIVO PERMANENTE Investimentos Imobilizado Diferido	

Quadro 1: Balanço Patrimonial
Fonte: Adaptada de Schrickel (1997)

No ativo as contas são ordenadas de acordo com a ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, ou seja, as que se transformam mais rapidamente em dinheiro são expostas primeiro. No passivo as contas são ordenadas de acordo com a necessidade de liquidar suas obrigações, ou seja, as contas que vencem antes estão em primeiro lugar.

Através dos valores contidos no balanço patrimonial podem-se verificar através dos índices financeiros e econômicos informações importantes e que auxiliam no processo decisório, pois verificam a composição de endividamento, a imobilização do patrimônio líquido, o índice de liquidez geral, o índice de liquidez corrente, a participação de capitais de terceiros, entre outros.

Schrickel (1997, p. 52) comenta que “o balanço é sem dúvida, a forma mais simples,

direta e melhor para se conhecer e avaliar uma empresa”. Dessa forma, percebe-se que é uma ferramenta básica para se obter a informação necessária para se avaliar a real situação da empresa.

2.5.2 Demonstração do resultado do exercício - DRE

A demonstração do resultado do exercício é o relatório contábil que demonstra a formação do resultado das operações da organização, em um determinado período. Nela confrontam-se as receitas com as despesas incorridas. Assim, percebe-se que esta é uma demonstração dinâmica e mostra os itens que contribuíram para formar o resultado do período.

Segundo Assaf Neto (2001, p. 75):

A demonstração de resultados do exercício visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido. O lucro (prejuízo) é resultante de receitas, custos e despesas incorridos pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência, ou seja, independentemente de que tenham sido esses valores pagos ou recebidos.

Todas as contas que compõem essa demonstração apresentam-se no início do exercício social da organização, zeradas para que no final do exercício possam identificar o resultado que a organização apurou no período.

A Lei 6.404/76 em seu art. 187 determina que a demonstração do resultado do exercício discriminará:

- I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
 - II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
 - III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
 - IV - O lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais e o saldo da conta de correção monetária (art. 185, § 3.º);
 - V - o resultado do exercício antes do imposto de renda e a provisão para o imposto;
 - VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados;
 - VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.
- § 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:
- a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e
 - b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.
- § 2º O aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrado como reserva de reavaliação (art. 182, § 3.º), somente depois de realizado

poderá ser computado como lucro para efeito de distribuição de dividendos ou participações.

Estas informações apresentam-se na demonstração do resultado do exercício de modo ordenado. Assim separam-se das receitas, os custos e as despesas operacionais e não operacionais de forma vertical e dedutiva. Dessa forma, pode-se observar o lucro ou prejuízo, e as principais contas que formaram esse resultado.

Por meio da demonstração do resultado do exercício pode-se avaliar o desempenho da gestão da organização, pois, esta permite comparar o resultado de um período com o de outro e com isso verificar se a organização está apresentando lucro ou prejuízo. De acordo com Marion (1998, p. 110) “o sucesso dessa gestão, sem dúvida, será medido comparando-se o resultado do exercício (obtido pela demonstração do resultado do exercício), com o montante aplicado no Ativo e/ou com o capital investido pelos proprietários”.

Os valores contidos nesta demonstração juntamente com os valores do balanço patrimonial podem demonstrar também por meio dos índices financeiros e econômicos o giro do ativo, a rentabilidade do ativo, a rentabilidade do patrimônio líquido, entre outros.

Na seqüência apresenta-se o modelo da Demonstração do Resultado do Exercício.

Receita Bruta de Vendas de Bens e/ou Serviços

(-) Deduções e Abatimentos

- Imposto sobre vendas
- Devoluções, descontos comerciais e abatimentos

(=) Receita Líquida

(-) Custos dos Produtos e/ou Serviços Vendidos

(=) Lucro Operacional Bruto

(-) Despesas Operacionais

- Despesas de vendas
- Despesas administrativas
- Despesas financeiras
- (-) Receitas financeiras
- Outras despesas operacionais

(+) Outras Receitas Operacionais

(=) Lucro (Prejuízo) Operacional

(+ ou -) Resultado Não Operacional

- (-) Outras despesas não operacionais
- (+) Outras receitas não operacionais

(=) Resultado Operacional

(+) Receitas Não Operacionais

(-) Despesas Não Operacionais

(=) Resultado do Exercício Antes da Provisão para o Imposto de Renda

(-) Provisão para Contribuição Social

(-) Provisão para o Imposto de Renda

(=) Resultado do Exercício após o Imposto de Renda

(-) Participações

- Debêntures
- Empregados
- Administradores
- Partes Beneficiárias
- Contribuições p/ Instituições ou Fundos de Assist. ou Previdência de Empregados

(=) Lucro Líquido do Exercício

(=) Lucro Líquido por Ação do Capital

Quadro 2: Demonstração do Resultado do Exercício

Fonte: Adaptado por Martins e Assaf Neto (1988, p. 73)

2.5.3 Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados - DLPA

A demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados é o relatório contábil que demonstra de forma clara, as mutações ocorridas no resultado acumulado da organização, em

um determinado exercício social.

Para Ribeiro (1997, p. 339) essa demonstração, “evidência o lucro apurado no exercício e sua destinação e os eventos que modificaram o saldo da conta Lucro ou Prejuízos Acumulados, como ajustes e Reversões de reservas”.

De acordo com a Lei 6.404/76 em seu art. 186 a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

- I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;
- II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;
- III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

A demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados representa uma transcrição, de forma ordenada, da conta de lucros ou prejuízo acumulados presente no balanço patrimonial. Devido a isto, esta só pode ser elaborada após o fechamento do balanço final do exercício.

Abaixo se apresenta o modelo da demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados elaborado por Ribeiro (1997, p. 339):

Saldo no Início do Período
(+ ou -) Ajustes de Exercícios Anteriores
(=) Saldo Ajustado
(+ ou -) Lucro ou Prejuízo do Exercício
(+) Reversão de Reservas
(=) Saldo à Disposição
(-) Destinação do Exercício
Reserva Legal
Reserva Estatutária
Reserva para Contingências
Outras Reservas
Dividendos Obrigatórios
(=) Saldo no Fim do Exercício

Quadro 3: Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

Fonte: Adaptada por Ribeiro (1997, p. 339)

2.5.4 Demonstração das mutações do patrimônio líquido - DMPL

Para Junior e Begalli (1999, p. 128),

Essa demonstração, apesar de não ser obrigatória para as empresas fechadas, é de

muita utilidade, pois fornece a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas componentes do patrimônio Líquido; faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no patrimônio líquido durante o exercício. Trata-se, portanto, de informação que complementa os demais dados constantes do balanço e da demonstração do resultado do exercício. É particularmente importante para as empresas que tenham seu patrimônio líquido formado por diversas contas e mantenham com elas inúmeras transações.

A demonstração das mutações do patrimônio líquido é o relatório contábil que demonstra as modificações ocorridas no patrimônio líquido da organização, em um determinado exercício social. Esta demonstração evidencia por conta, todos os aumentos e diminuições do patrimônio líquido, bem como a formação e a utilização das reservas e também auxilia no entendimento dos cálculos dos dividendos obrigatórios.

A Lei 6.404/76 não exige a publicação das demonstrações do patrimônio líquido, porém a CVM - Comissão de Valores Imobiliários, mediante sua instrução nº. 59, de 22 de dezembro de 1986, exige esta demonstração, para as companhias abertas. Cabe ressaltar que, de acordo com a Lei citada acima em seu art. 186, parágrafo 2º, “A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia”.

Segundo Marion (1998, p. 371),

Embora não seja uma demonstração obrigatória a DMPL é muito mais completa e abrangente que a DLPA. É consideravelmente relevante para as empresas que movimentam constantemente as contas do Patrimônio Líquido. Se elaborada esta demonstração não há necessidade de se apresentar a DLPA uma vez que aquela inclui esta. (...) a DMPL é fundamental para a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (...).

Percebe-se assim, que a demonstração das mutações do patrimônio líquido é mais detalhada do que a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados. Enquanto a primeira aborda as transações corridas ao longo do exercício social em todas as contas do patrimônio líquido a última divulga, simplesmente, as variações ocorridas nos lucros ou prejuízos acumulados da organização.

A seguir apresenta-se o modelo da demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Movimentações	Capital Social	Reservas de Capital		Reservas de reavaliação	Reservas de Lucros					Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total	
		Ágio na subscrição de ações	Doações e subvenções		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Reservas para Contingências	Reservas para Expansão	Reservas de Lucros a Realizar			Outras
Saldo do início do exercício												
Ajuste de exercícios anteriores												
Dividendos Extraordinários												
Aumentos de Capital por incorporação de reservas												
Aumento de Capital por subscrição e integralização de novas ações												
Reversões de Reservas												
Lucro/Prejuízo líquido do exercício												
Reavaliação do Ativo Permanente												
Incentivos Fiscais do IR												
Proposta de destinação do lucro												
Transferências para reservas												
Reserva Legal												
Reserva Estatutária												
Dividendos Propostos												
Saldo ao final do exercício												

Quadro 4: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Fonte: Adaptada por Assaf Neto (2001, p. 94):

2.5.5 Demonstração das origens e aplicações de recursos - DOAR

A demonstração das origens e aplicações de recursos é o relatório contábil que demonstra as alterações que originaram as variações no capital circulante líquido da organização, em um determinado exercício social. O capital circulante líquido é o resultado da diferença entre o ativo circulante, que representa todas as aplicações de recursos, e passivo circulante, que representa todas as origens de recursos.

Para Marion (1998, p. 412),

O objetivo da DOAR é exatamente mostrar o como e o porquê da mutação do CCL. O CCL só varia com operações Não Circulantes X Circulante. Portanto, a alteração do Não Circulante é a causa da variação do Circulante. Por isso, a DOAR evidencia apenas o resultado das variações do Não Circulante que provocam alterações no circulante.

Conforme Padoveze (1989, p. 268) este relatório busca:

um enfoque estritamente financeiro, e sabemos que a Demonstração de Resultados e o Balanço Patrimonial são de caráter basicamente econômico, temos de fazer uma série de adaptações nos números, sempre, é claro, partindo dos dois relatórios já estudados. Assim, despesas ou receitas que não são efetivadas financeiramente durante o período devem, em princípio, não ser consideradas. Devem ser apenas consideradas as despesas que foram pagas e as receitas que foram recebidas, assim como os investimentos que foram feitos realmente, e as fontes de recursos realmente captadas.

Deste modo, percebe-se que esta demonstração visa explicar como ocorre o aumento ou a diminuição do capital circulante líquido. Assim, os valores que integram o resultado do exercício social e que não afetam o ativo circulante, nem o passivo circulante, devem ser eliminados, dessa forma não fazem parte da demonstração das origens e aplicações de recursos.

A demonstração das origens e aplicações de recursos é rica em dados, pois apresenta dados financeiros em um determinado exercício social que as demais demonstrações não apresentam. Dessa forma, é uma complementação que auxilia na análise e conhecimento dos dados, ao fornecer modificações ocorridas na posição financeira da organização.

A Lei 6.404/76 em seu art. 187 determina que a demonstração das origens e aplicações de recursos discriminará:

A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

I - as origens dos recursos, agrupadas em:

- a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;
- b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;
- c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.

II - as aplicações recursos, agrupadas em:

- a) dividendos distribuídos;
- b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;
- c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo, diferido;
- d) redução do passivo exigível a longo prazo;

III - o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;

IV - os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulante, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

Na seqüência apresenta-se a estrutura da demonstração das origens e aplicações de

recursos.

Origens de Recursos (I + II + III)

I – Das Operações (1 + 2)

- (1) Lucro líquido do exercício
- (2) (\pm) Ajustes por valores que não afetam o CCL (3 + 4 + 5 + 6 + 7)
- (3) (\pm) Resultado da equivalência patrimonial
- (4) (+) Depreciação
- (5) Variação monetária do realizável a longo prazo
- (6) (+) Variação monetária do exigível a longo prazo
- (7) (\pm) Ganho ou perda de capital

II – Dos Acionistas

- (8) Integralização de capital

III – De Terceiros

- (9) Redução do realizável a longo prazo
- (10) Aumento do exigível a longo prazo
- (11) Valor de venda do ativo permanente

Aplicações de Recursos

IV – Dos Acionistas

- (12) Dividendos distribuídos

V – De Terceiros (13 + 14 + 15 + 16 + 17)

- (13) Aplicações em investimentos
- (14) Aplicações no imobilizado
- (15) Aplicações no diferido
- (16) Aumento do realizável a longo prazo
- (17) Redução do exigível a longo prazo

Aumento (redução) do capital circulante líquido $\Delta AC - \Delta PV$

- Ativo Circulante $\Delta AC (AC_f - AC_i)$
- No início do período
- No final do período
- Passivo Circulante $\Delta PC (PC_f - PC_i)$
- (18) No início do período
- No final do período

Quadro 5: Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Fonte: Adaptado por Santos e Schmidt (2005, p. 86)

De acordo com Santos e Schmidt (2005, p. 88), “após a elaboração da demonstração das origens e aplicações de recursos, é possível fazer a conferência de seu fechamento, pois o aumento ou a redução do capital circulante líquido deve ser igual à diferença entre as origem

e aplicações de recursos”.

Uma forma de simplificar a elaboração da demonstração das origens e aplicações de recursos é considerar que sempre que houver um aumento no ativo circulante, diminuição do passivo circulante ou patrimônio líquido existe uma aplicação de recursos; sempre que houver uma diminuição no ativo circulante, aumento do passivo circulante ou patrimônio líquido existe uma origem de recursos.

2.5.6 Demonstração do fluxo de caixa - DFC

A demonstração do fluxo de caixa é o relatório contábil de fundamental importância à administração das organizações. Demonstra como ocorrem as movimentações de disponibilidades da organização, em um determinado exercício social. Representa um controle de entradas e saídas financeiras do caixa, onde se verifica a disponibilidade de recursos, bem como os excessos ou escassez de numerários.

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2006, p. 398),

O objetivo da Demonstração dos Fluxos de Caixa é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período.

Além disso, para Marion (1998, p. 381),

A DFC propicia ao gerente financeiro a elaboração de melhor planejamento financeiro, pois numa economia tipicamente inflacionária não é aconselhável excesso de Caixa, mas o estritamente necessário para fazer face aos seus compromissos. Através do planejamento financeiro o gerente saberá o momento certo em que contrairá empréstimos para cobrir a falta (insuficiência) de fundos, bem como quando aplicar no mercado financeiro o excesso de dinheiro, evitando, assim, a corrosão inflacionária e proporcionando mais rendimento a empresa.

Com isso, verifica-se que com a elaboração do fluxo de caixa tem-se a vantagem de se conhecer, com antecedência, os valores que são necessários para honrar dívidas com terceiros e manter o nível de atividade da organização. Este relatório deve ser elaborado de acordo com a necessidade de cada gestor, de forma a propiciar as informações mais relevantes.

Quanto à forma de apresentação, a demonstração do fluxo de caixa pode ser de duas formas: método direto e método indireto.

Para Junior e Begalli (1999, p. 183),

O método direto demonstra todos os pagamentos e recebimentos decorrentes da atividade operacional das empresas: as compras a vista, o pagamento das duplicatas decorrentes das compras a prazo, o pagamento das despesas operacionais com

salários, encargos, demais despesas administrativas, gerais e comerciais; as vendas a vista, o recebimento das duplicatas por vendas a prazo e outros recebimentos decorrentes das atividades sociais da empresa.

O mesmo autor (1999, p. 183) ainda descreve que,

O método indireto parte do resultado das operações sociais, isto é, o lucro líquido do período, ajustado pelas despesas e receitas que não interferem diretamente no caixa ou disponibilidade da entidade, tais como depreciações, amortizações, exaustões. A forma de elaboração desse método assemelha-se a DOAR.

Deste modo, pode-se perceber que o método direto é mais simples e de entendimento mais fácil devido ao fluxo de informação existente, do que o método indireto. Cabe ainda destacar que, o método direto demonstra todas as saídas e entradas, enquanto que o método indireto parte do resultado por meio das variações dos itens não-disponíveis.

Na seqüência apresenta-se o modelo do fluxo de caixa direto.

FLUXO DE CAIXA: Entradas e Saídas				
	Realizado	Projetado		
		3 meses	6 meses	1 ano
1. ENTRADAS DE CAIXA				
- Vendas à Vista				
-Recebimento de Clientes a prazo				
-Descontos de Duplicatas				
-Receitas Financeiras de Aplicações				
-Aluguéis				
-Venda de Imobilizado				
-Resgate de Aplicações Financeiras				
-Vendas “por fora”				
-Aumento de Capital Social				
-Outras				
Total de Entradas de Caixa				
2. SAÍDAS DE CAIXA				
-Compras à Vista				
-Pagamentos a fornecedores a prazo				
-Aquisição de Imobilizado				
-Salários e Ordenados				
-Energia Elétrica				
-Telefone				
-Manutenção de Máquinas e Equipamentos				
-Despesas Industriais				
-Despesas Administrativas (gerais)				
-Despesas de Vendas (comissões, etc.)				
-Despesas Tributárias (IPI, ICMS, PIS, etc.)				
-Despesas Financeiras (Juros, IOF, etc.)				
-Outras				
Total de Saídas do Caixa				
3. Saldo Líquido de Caixa no Período				
4. (+) Saldo de Caixa Anterior				
5. Saldo Total de Caixa				
6. Empréstimo Pleiteado				
7. Pagamento de Empréstimo (existentes)				
8. Saldo Final de Caixa				

Quadro 6: Demonstração do Fluxo de Caixa
 Fonte: Adaptada por Schrickel (1997)

2.5.7 Balancete de Verificação

De acordo com Padoveze (1989, p. 95).

O Balancete nada mais é do que a simples listagem das contas, contendo o nome

delas e o seu saldo, colocando os saldos devedores numa coluna e os saldos credores em outra. A palavra verificação vem do fato de que o Balancete também serve para, num primeiro momento e numa análise bastante superficial, verificarmos se o total dos saldos devedores é igual ao total dos saldos credores e para podermos constatar se o método das partidas dobradas foi obedecido em todos os lançamentos e se deram origem aos saldos da conta.

Dessa forma, o balancete de verificação é um relatório contábil que demonstra a relação entre as contas patrimoniais e de resultado com seus respectivos saldos num único demonstrativo. Serve para examinar o saldo atual de cada conta após os registros das operações e se o total de débitos corresponde ao total de créditos.

A elaboração do balancete é uma importante ferramenta para a contabilidade, pois, o balancete passa informações necessárias para os gestores das organizações tomarem suas decisões. O mesmo auxilia na elaboração de outras demonstrações contábeis úteis para o processo decisório.

A apuração deste relatório depende da necessidade de cada organização. Padoveze (1989, p. 95) descreve que, “A periodicidade do levantamento do Balancete fica a critério de cada empresa, mas normalmente ele é feito mensalmente. (...), mas hoje, com sistemas computacionais, é comum o levantamento de Balancete Diário, para verificação de trabalho.”

Há várias formas de se apresentar um Balancete de Verificação. É possível apresentá-lo com os saldos iniciais de cada conta (devedor ou credor) e com os respectivos movimentos no período (débitos e créditos), ou simplesmente com os saldos finais das contas (devedor ou credor).

Na seqüência apresenta-se o modelo do balancete.

Conta nº.	Nome	Saldo Devedor	Saldo Credor
	ATIVO		
	Caixa		
	Banco Conta Movimento		
	Aplic. Financeira		
	Mercadorias em Estoque		
	Promis. Receber		
	Terrenos		
	Prédios		
	Soma		
	PASSIVO		
	Fornecedores		
	Capital Social		
	Soma		
	DESPESAS		
	Custo Merc. Vendidas		
	Cartório		
	Comissões		
	Soma		
	RECEITAS		
	Vendas		
	Juros		
	Soma		
	Total		

Quadro 7: Balancete de Verificação
Fonte: Adaptado por Padoveze (1989)

2.5.8 Demonstração do valor adicionado - DVA

A demonstração do valor adicionado não é exigida por lei. Esta se insere em um conjunto de informações chamado Balanço Social, visando demonstrar os dados e as informações da riqueza gerada pela organização e sua distribuição, em um determinado período, entre os diversos setores que contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua geração.

Para Junior e Begalli (1999, p. 193), “(...) a DVA complementa muito bem a DRE, uma vez que demonstra adequadamente a destinação dada ao valor adicionado gerado no período, apresentando os diversos beneficiários do processo produtivo”.

Esta demonstração evidencia como e o quando a organização agregou de valor nos recursos obtidos de terceiros e modificados em bens e serviços entregues aos clientes. Evidencia como este valor agregado foi distribuído para o ambiente interno, representado por

funcionários e administradores, e o ambiente externo, representado pelos fornecedores, sindicatos, governo, acionistas, entre outros.

Segundo Luca (1998, p. 32),

O valor adicionado de uma empresa representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire num determinado período e é obtido, de forma geral, pela diferença entre as vendas ou produção e o total dos insumos adquiridos de terceiros. Este valor será, ainda, igual à soma de toda a remuneração dos esforços consumidos nas atividades da empresa.

Assim, verifica-se que é utilizado como base para o cálculo da demonstração o valor da receita de venda do período deduzido dos custos dos recursos adquiridos de terceiros encontrando-se o valor agregado do produto.

A demonstração do valor adicionado é de interesse da sociedade como um todo. Através desta pode ser observado a destinação de diversos recursos, tais como: ISS e IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano para as prefeituras; ICMS para o governo estadual; e IPI, PIS, CSSL, IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e outros para o governo federal. Demonstra também a quantia destinada a funcionários, como salários diretos e indiretos; aos acionistas como a parcela dos lucros e a remuneração de capital investido; à comunidade como asilos, creches e outros.

A seguir apresenta-se um modelo da demonstração do valor adicionado .

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
EMPRESA	Em milhares de reais				
	DESCRICHÃO	Pela legislação societária	%	Em moeda constante	%
1 – RECEITAS					
	1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços				
	1.2 Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão/(constituição)				
	1.3 Não operacionais				
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (incluem os valores dos impostos - ICMS e IPI)					
	2.1 Matérias-primas consumidas				
	2.2 Custo das mercadorias e serviços vendidos				
	2.3 Materiais, energia, serviço de terceiros e outros.				
	2.4 Perda / Recuperação de valores ativos				
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)					
4 – RETENÇÕES					
	4.1 Depreciação, amortização e exaustão				
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)					
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
	6.1 Resultado de equivalência patrimonial				
	6.2 Receitas financeiras				
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)					
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO*					
	8.1 Pessoal e encargos				
	8.2 Impostos, taxas e contribuições				
	8.3 Juros e aluguéis				
	8.4 Juros s/ capital próprio e dividendos				
	8.5 Lucros retidos / prejuízo do exercício				

Quadro 8: Demonstração do Valor Adicionado
 Fonte: Adaptada por Tinoco (2001, p. 75)

Os dados pertencentes a esta demonstração são obtidos através da contabilidade, portanto, deverá ter como base o princípio da competência, ou seja, todas as receitas e despesas incorridas no exercício devem ser contabilizadas independentes de terem sido recebidas ou pagas.

2.5.9 Notas Explicativas

As notas explicativas é uma ferramenta integrante das demonstrações financeiras, e se constituem como elemento importante no que diz respeito à transparência das operações dos resultados e da situação econômico-financeira da organização.

Para Padoveze (1989, p. 276),

A finalidade das Notas Explicativas é proporcionar aos usuários perfeito entendimento dos relatórios básicos numéricos já apresentados, com informações de caráter descritivo, informando os principais critérios, e eventuais modificações, que foram utilizados na elaboração dos relatórios contábeis.

Devido ao grande número de informações evidenciadas pela contabilidade torna-se necessário apresentá-las de forma clara, de modo que possa facilitar o entendimento destas pelos administradores.

As notas explicativas apresentam dados de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, social e fiscal, assim como os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos contábeis e acontecimentos imediatos ao balanço.

As notas devem apresentar no mínimo a exposição dos critérios de avaliação dos dados patrimoniais e das práticas contábeis adotadas, dos ajustes dos exercícios anteriores, reavaliações, detalhamento das dívidas de longo prazo, etc.

A divulgação das notas junto às demonstrações financeiras está prevista na Lei 6.404/76, art. 176, parágrafo 4º, que estabelece que “As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”.

O mesmo artigo em seu parágrafo 5º estabelece que as notas deverão indicar:

- a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisão para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único);
- c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3.º);
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) o número, espécies e classes das ações da capital social;
- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1.º);
- i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

Como se observa, a Lei das S.A. estabelece nove casos expressos que devem ser mencionados em notas explicativas. Entretanto, se houver necessidade de mencionar notas adicionais, isto pode ser feito.

2.6 O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

Para Stoner e Freeman (1999, p. 182), “a tomada de decisão corresponde ao processo de identificar um problema específico e selecionar uma linha de ação para resolvê-lo”. Dessa forma, cabe analisar as alternativas existentes e fazer a escolha mais apropriada.

O Processo de tomada de decisão é um dos grandes desafios enfrentados pelos dirigentes das micro e pequenas empresas. Especialmente com o aumento do ritmo de atividades e da complexidade gerencial, seja pela intensidade do fluxo de informações, seja pela tecnologia utilizada para obter essas informações ou mesmo, pelas diversas influências (internas ou externas) sofridas pelo gestor durante esse processo.

Segundo Beuren (2000, p. 43),

A informação é fundamental no apoio às estratégias e processos de tomada de decisão, bem como no controle das operações empresariais. Sua utilização representa uma intervenção no processo de gestão, podendo, inclusive, provocar mudança organizacional, à medida que afeta os diversos elementos que compõem o sistema de gestão. Esse recurso vital da organização, quando devidamente estruturado, integra as funções das várias unidades da empresa, por meio dos diversos sistemas organizacionais.

A tomada de decisão consiste em um processo contínuo de ligação entre as unidades e os agentes organizacionais. Dentro das organizações, as pessoas, freqüentemente, tomam decisões cujas conseqüências variam de acordo com o impacto causado sobre seus objetivos e operações. Para a tomada de decisão, a qualidade da informação é fator de considerável importância, visto que esta deve ser comparável, confiável e oportuna.

Mosimann e Fisch (1999, p. 54) descrevem que,

Uma rede de informações cujos fluxos alimentam o processo de tomada de decisões, não apenas da empresa como um todo, mas também de cada área de responsabilidade. O conjunto de recursos humanos físicos e tecnológicos que o compõe transforma os dados captados em informações, com a observância dos limites impostos pelos usuários quanto ao tipo de informação necessária a suas decisões, condicionando, portanto a relação dos dados de entrada. Tais limites evidenciam a intenção dos usuários quanto à determinação dos sacrifícios que devem ser feitos para se obter um retorno esperado de suas decisões, tomadas em condições de incerteza.

A cada decisão tomada devemos considerar um leque de fatores que apresentam influência direta e indireta na solução do problema. Para que se possa tomar a decisão apropriada é necessário estar consciente e estruturado com as informações pertinentes.

Sendo a tomada de decisão uma ação de grande importância no gerenciamento das organizações, esta deve fornecer bons resultados e estar cercada de instrumentos que a

norteiem, dentre estes: a contabilidade. Além disso, o processo de tomada de decisão para que seja aceitável é necessário o emprego da informação para o desempenho das funções administrativas: planejamento, execução e controle.

2.6.1 Planejamento

Segundo Chiavenato (2000, p. 11), “planejamento significa visualizar o futuro, definir objetivos e metas, e traçar o plano de ação para alcançá-los”. Dessa forma, o planejamento é o processo de decidir que ação deve ser tomada no futuro. Uma vez estabelecidas às metas a serem alcançadas, o planejamento constitui-se como uma importante instrumento para viabilizá-las.

O planejamento é a primeira etapa do processo decisório. Refletir, analisar e tomar as decisões antecipadas visa produzir uma situação futura desejável e que lhe será útil.

Kotler (1999, p. 206) afirma que o,

processo de planejamento pode ser mais importante que os planos que deles surgem. A ocasião de planejamento requer que os gerentes destinem tempo a pensar sobre o que já aconteceu, o que está acontecendo e o que pode acontecer. Eles devem estabelecer por consenso entre eles metas que precisam ser comunicadas a todos. O progresso em direção a elas tem que ser medido. Ações corretivas precisam ser tomadas quando as metas não estão sendo alcançadas. Portanto, o planejamento acaba sendo uma parte intrínseca da administração financeira.

A área de abrangência de um plano pode ser um pequeno segmento da empresa, ou pode ser toda a empresa. Os gestores devem escolher a opção mais aceitável que se planejou e concentrar-se nela, pois, é impossível uma avaliação completa de todas as opções e suas conseqüências. Suas decisões em relação ao planejamento são frutos colhidos do passado, com a realidade da situação presente e que lhe afetarão na administração da empresa no futuro.

2.6.2 Execução

De acordo com Mosimann e Fisch, (1999, p. 37), “a execução é a etapa do processo de gestão nas quais as coisas acontecem, as coisas emergem. Essas ações devem estar em consonância com o que anteriormente foi planejado”.

Essa etapa relaciona a prática dos objetivos que se determinam na etapa de planejamento e promove os estímulos necessários para a sua execução. É onde o consumo de

recursos e a geração de produtos e serviços.

Nesta fase do processo decisório se executam os planos formados na etapa de planejamento, e se registram os resultados, a fim de que haja uma verificação destes na etapa de controle.

2.6.3 Controle

Para Oliveira (1987, p. 209) o controle é definido como:

(...) a função do processo administrativo que, mediante a comparação com padrões previamente estabelecidos, procura medir e avaliar o desempenho e o resultado das ações, com finalidade de realimentar os tomadores de decisão, de forma que possam corrigir ou reforçar esse desempenho ou interferir em funções do processo administrativo, para assegurar que os resultados satisfaçam aos desafios e aos objetivos estabelecidos.

Segundo Chiavenato (2000, p. 54), “a tarefa do controle é verificar se tudo está sendo realizado em conformidade com o que foi planejado para identificar possíveis erros ou desvios, a fim de corrigi-los e evitar sua repetição”. Deste modo, percebe-se a importância desta fase, pois é onde se avalia o resultado de uma ação antecipadamente planejada e executada.

Nesta etapa observam-se os possíveis erros ocorridos na etapa de execução. Isto faz com que, os gestores possam alterar e executar as ações corretas. Neste momento também se devem estabelecer objetivos de acordo com a realidade da organização, de forma que os mesmos possam ser executados e se obtenha o resultado daquilo que se deseja alcançar.

Verifica-se, assim, a importância dessa etapa no processo decisório, pois, é por meio desta que se avaliam a eficácia e a eficiência, não só da empresa como um todo, mas de cada área da mesma.

Assim sendo, o processo de tomada de decisões, direcionado a busca de resultados qualificados, envolve etapas para analisar a situação existente, criar e avaliar alternativas e implantá-las em sua execução. Contudo, para alcançar o resultado esperado, o administrador precisa dispor de sistemas de informações que lhe garantam maior segurança na tomada de decisão e lhe permitam o alcance dos objetivos estabelecidos.

3 ANÁLISE E ENTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Este capítulo faz a descrição e análise dos dados das entrevistas realizadas por meio de questionário, aplicado às micro e pequenos empresários da grande Florianópolis. Foram enviados 40 questionários e retornaram 28 (vinte oito), formando assim, o universo da amostra utilizada para a realização deste trabalho.

Inicia-se por apresentar alguns dados das empresas pesquisadas e, na seqüência, abordam-se os tipos de documentos fornecidos pelas empresas aos escritórios de contabilidade, os tipos de relatórios utilizados no processo de gestão econômico-financeira e a intensidade de uso, a forma de comunicação das informações contábil-gerenciais aos usuários e, por fim, o uso das informações desta natureza no processo de gestão e o interesse em ampliar o leque de informações disponibilizadas associado à abertura para pagar mais por isto.

3.1 SETOR DE ATUAÇÃO

Objetivando melhor caracterizar as empresas, buscou-se identificar o setor em que atuam. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 1.

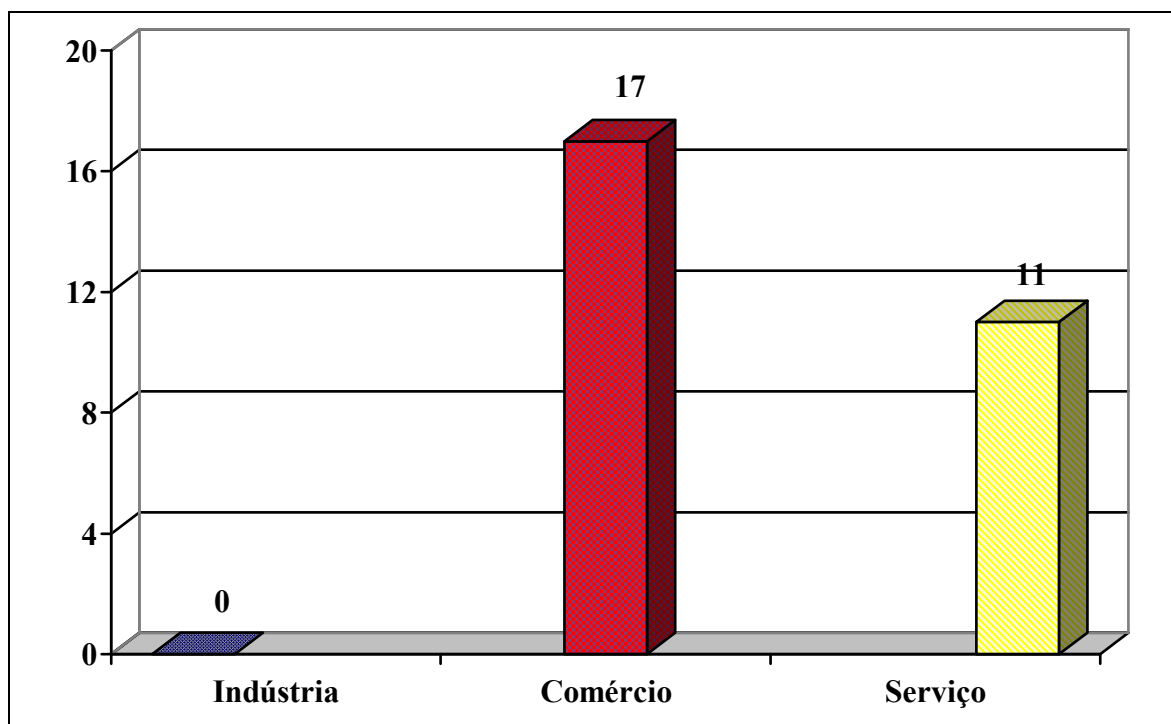


Gráfico 1: Setor de atuação
Fonte: Dados da pesquisa

Conforme evidenciado no gráfico, 17 das 28 empresas atuam no comércio, ou seja, 60,7% da amostra. As demais atuam no setor de prestação de serviços. Convém ressaltar que nenhuma das empresas pesquisadas atua no setor industrial.

3.2 TEMPO DE ATUAÇÃO NO MERCADO

Para melhor visualização do universo da amostra, buscou-se verificar o tempo de atuação que essas empresas se encontram em atividade no mercado. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 2.

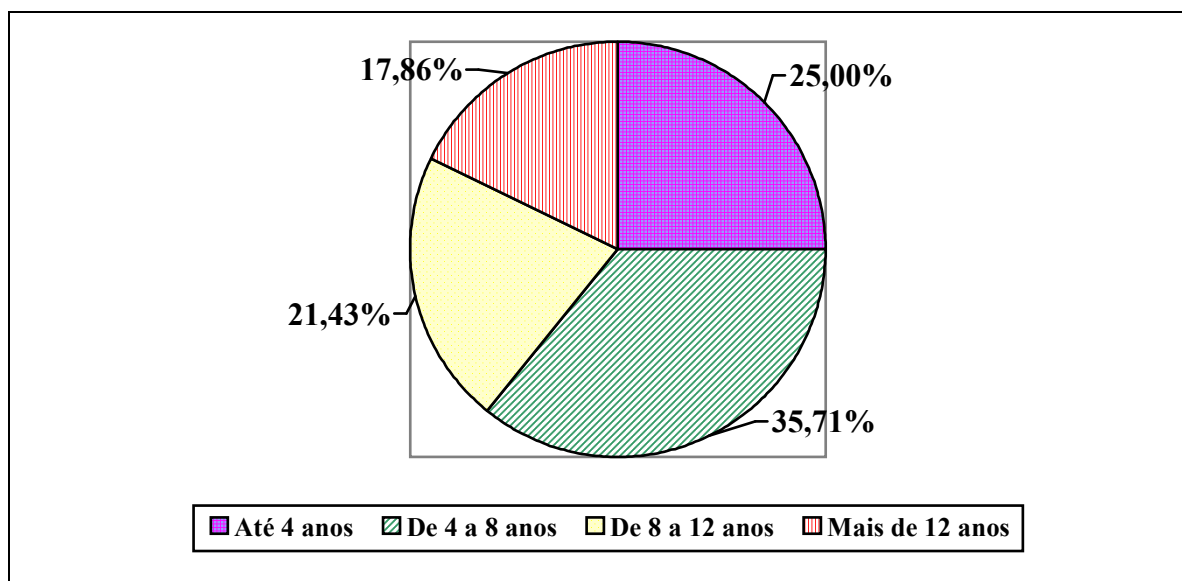


Gráfico 2: Tempo de atuação no mercado

Fonte: Dados da pesquisa

Como demonstra o gráfico, do total das empresas pesquisadas, 25% estão inseridas no mercado a 4 anos, 35,71% atuam entre 4 e 8 anos, 21,43% estão entre 8 e 12 anos e por fim 17,86% atuam a mais de 12 anos.

Mais detalhadamente, o setor comércio representa 42,86% das empresas que atuam no mercado a 4 anos, 70% entre 4 e 8 anos, 66,67% entre 8 e 12 anos e 60% atuam a mais de 12 anos. As demais representam o setor de prestação de serviços.

De acordo com os dados, percebe-se que as empresas do setor comércio e prestação de serviços pesquisados, conforme o gráfico, são empresas que almejam o sucesso e visão futura, designadas à sobrevivência e permanência no mercado, pois a maioria atua a mais de 4 anos.

3.3 NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

Buscou-se também identificar, para melhor visualização quanto aos dados das empresas, o número de funcionários que compõe o quadro funcional. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 3.

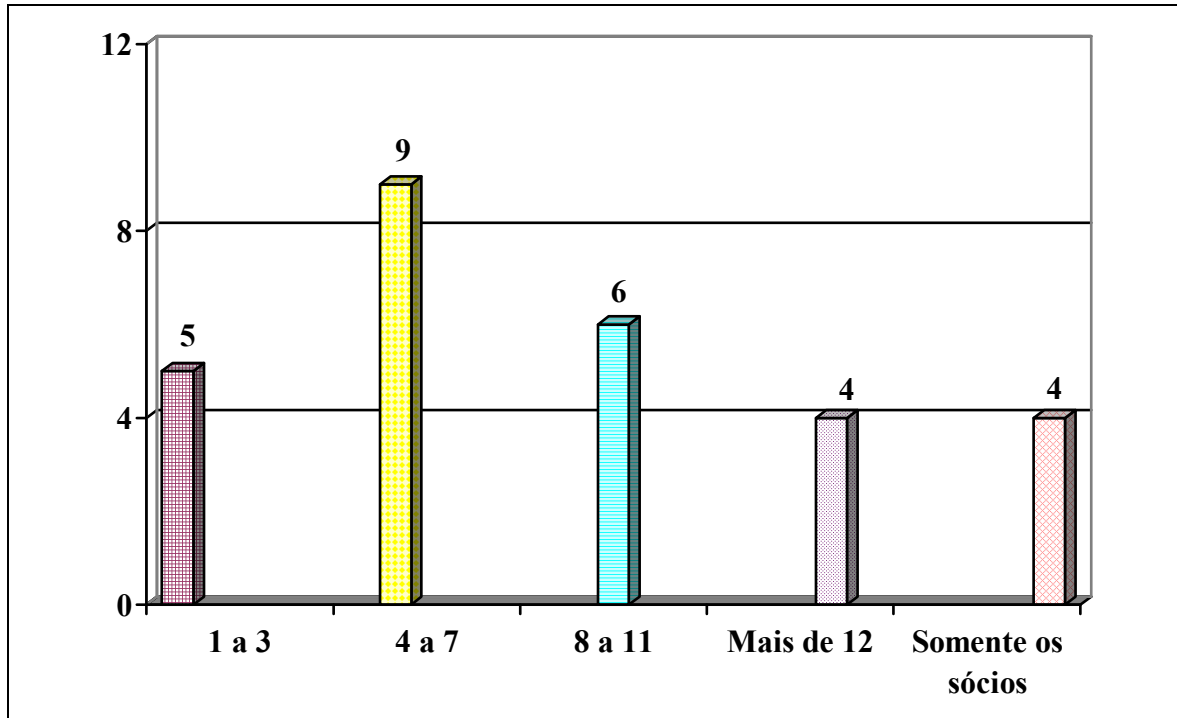


Gráfico 3: Número de funcionários

Fonte: Dados da pesquisa

Do total da amostra, respectivamente como posicionadas no gráfico, são empresas do setor comércio 2 das 5, 5 das 9, todas as 6 e todas as 4. As demais são do setor prestação de serviço. Cabe destacar que todas as empresas que atuam somente com os sócios são do setor de prestação de serviços.

3.4 PERIODICIDADE DO CONTATO COM O CONTADOR

Em seguida pergunta-se aos gestores das empresas sobre a periodicidade do seu relacionamento com os contadores. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 4.

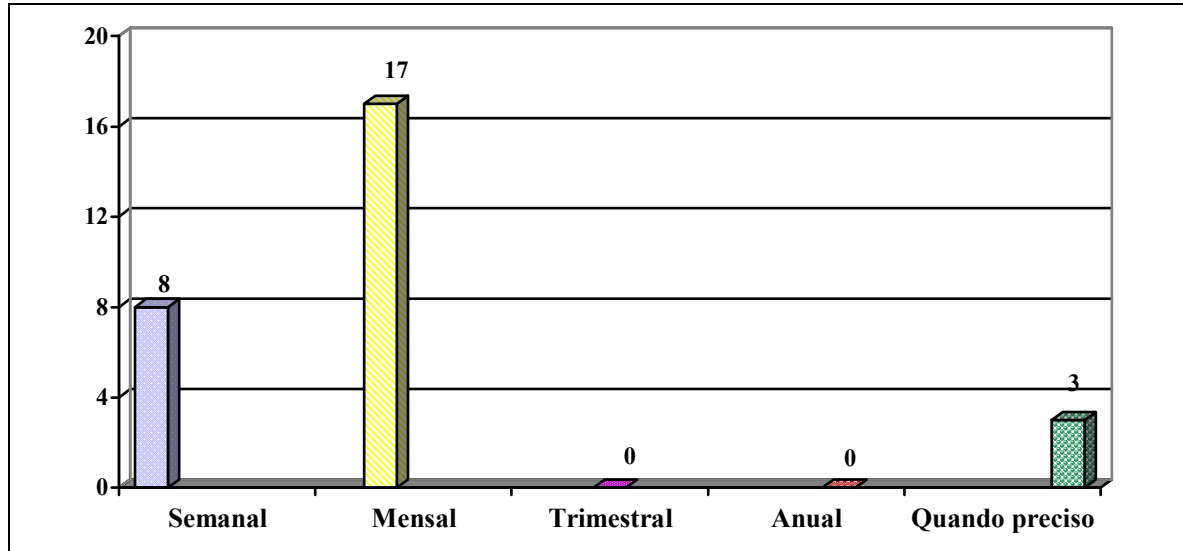


Gráfico 4: Periodicidade do contato com o contador

Fonte: Dados da pesquisa

Dessa forma, constatou-se que 28,57% possuem relacionamento com o contador semanalmente, 60,72% mensalmente e 10,71% se comunicam com o contador somente quando precisam. Sendo que nenhuma possui relacionamento trimestral e anual.

É necessário mencionar que todas as empresas que possuem relacionamento semanal são do setor de comércio, assim como 52,94% que possuem relacionamento mensal, as demais são do setor de prestação de serviços. É bom destacar que as empresas que só procuram quando precisam são todas do setor de prestação de serviços.

Assim, evidencia-se que em relação ao contato com os contadores as empresas do setor de comércio é bem maior que do setor de prestação de serviços, fato este preocupante, uma vez que demonstra que este setor pouco se utiliza ou não utiliza a contabilidade para auxiliar na sua gestão.

3.5 TIPOS DE DOCUMENTOS ENTREGUES

Objetivando melhor visualização das empresas quanto aos serviços prestados pelos escritórios contábeis, buscou-se identificar quais os tipos de documentos que são entregues pelas empresas aos escritórios. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 5.

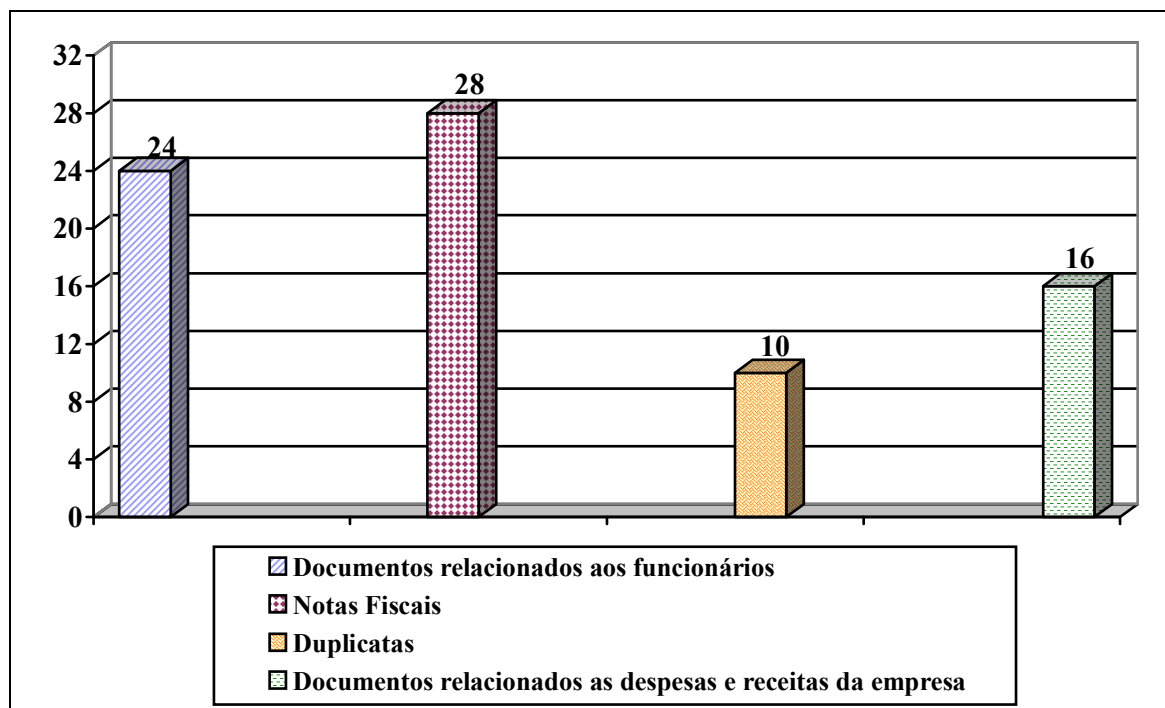


Gráfico 5: Tipos de documentos fornecidos pela empresa para o escritório contábil

Fonte: Dados da pesquisa

Dessa forma, indentificou-se que boa parte entrega a documentação para fins fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

Percebe-se que todas as empresas encaminham ao contador notas fiscais referente às suas atividades. Das 28 empresas, 24 delas encaminham documentos relacionados aos funcionários, 10 enviam duplicatas e 18 empresas documentos relacionados às receitas e despesas mensais da empresa para fins contábeis.

É importante mencionar que 4 das 28 empresas que não encaminham documentação referente aos funcionários são as empresas do setor de prestação de serviços que são constituídas apenas por sócios, como demonstrado anteriormente no gráfico 3. Quanto ao envio de duplicatas, 8 são do setor de comércio e 2 do setor de prestação de serviços. Já em relação ao envio de documentos relacionados à despesas e receitas, 12 são do setor comércio e 4 do setor de serviços.

3.6 PONTUALIDADE DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

Quanto à documentação citada no gráfico anterior, verificou-se a pontualidade de entrega. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 6.

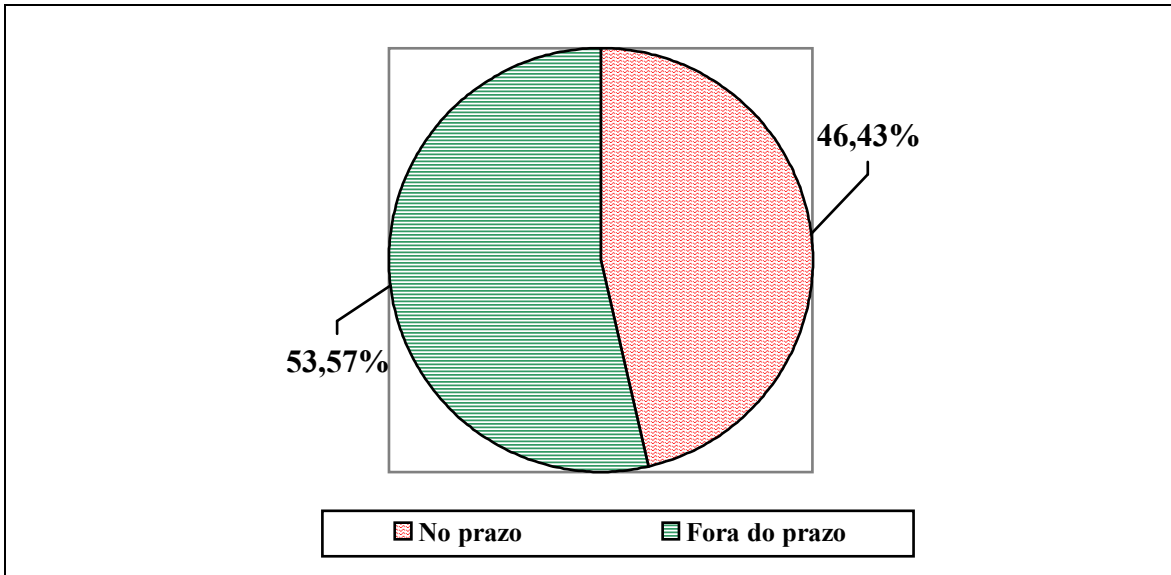


Gráfico 6: Pontualidade de entrega dos documentos

Fonte: Dados da pesquisa

Das empresas pesquisadas 46,43% responderam entregar a documentação aos escritórios de contabilidade nas datas estabelecidas por estes. Conseqüentemente 53,57% responderam que encaminham a documentação atrasada, ou seja, fora da data estabelecida.

Das empresas que encaminham a documentação nas datas estabelecidas 38,46% são do setor de comércio e 61,54% do setor de prestação de serviços. Já quanto aos que encaminham a documentação fora da data estabelecida 80% representam o setor de comércio e 20% representam o setor de prestação de serviços.

3.7 SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS

Com a finalidade de obter dados referentes à utilidade da contabilidade para as empresas pesquisadas, buscou-se primeiramente identificar quais os tipos de serviços são prestados pelos escritórios contábeis. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 7.

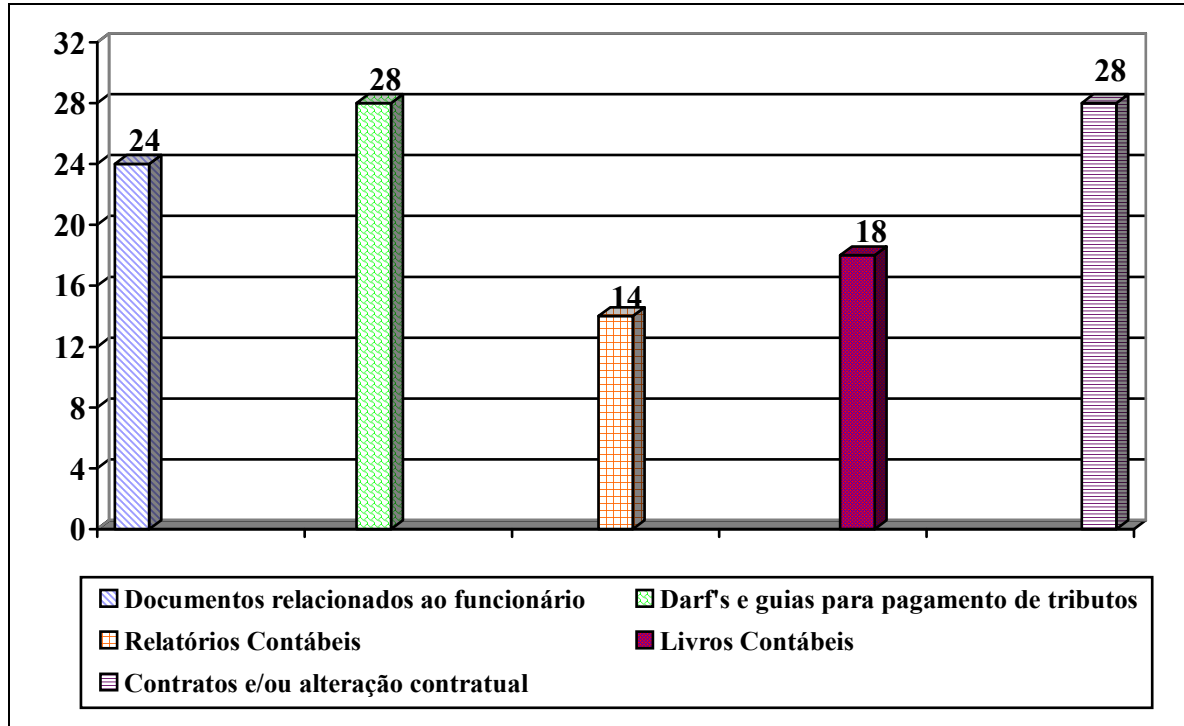


Gráfico 7: Serviços prestados pelo contador

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação a este ponto, a maioria fica restrita à documentação legal e fiscal. Poucas fornecem outros relatórios contábeis não obrigatórios por lei e que auxiliam na administração da empresa.

Conforme mostra o gráfico **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**7, todas as empresas, tanto as do setor de comércio quanto as do setor de prestação de serviços, recebem serviços relacionados à elaboração de Darf's e guias para pagamento de tributos e realização ou alteração de contrato. Das 28 empresas, 24 recebem serviços relacionados à documentação de funcionários, 14 na elaboração de relatórios contábeis e 18 empresas na elaboração de livros contábeis.

Dos serviços relacionados aos funcionários as 4 empresas que não recebem esse tipo de serviço são do setor de prestação de serviços e são as constituídas somente pelos sócios como já mencionado no gráfico 3. Quanto às empresas pesquisadas que realizam a elaboração de relatórios contábeis, 10 representam o setor de comércio e 4 são do setor de prestação de serviços. Já em relação à elaboração dos livros contábeis 14 são empresas do setor comércio e 4 do setor de prestação de serviços.

3.8 TIPOS DE RELATÓRIOS GERADOS

Com o objetivo de obter informações sobre os relatórios contábeis procurou-se verificar quais os tipos de relatórios são elaborados pelos escritórios contábeis para as empresas pesquisadas. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 8.

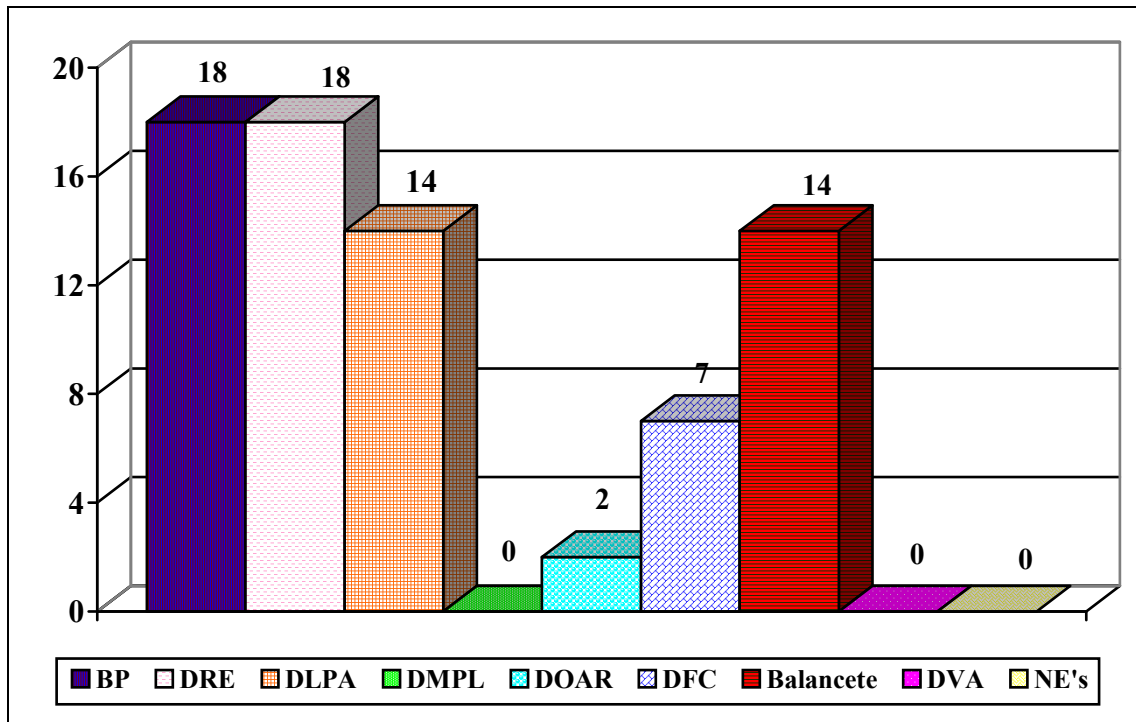


Gráfico 8: Relatórios gerados pela contabilidade para as empresas

Fonte: Dados da pesquisa

Dessa forma, conforme demonstra o gráfico, observa-se que o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, igualmente, são os relatórios que mais são gerados pelos contadores, perfazendo um percentual, cada um, de 64,28% do total das empresas pesquisadas. Em seguida tem-se, igualmente também, a demonstração do lucro ou prejuízo acumulado e o balancete num percentual de 50% cada um. Por fim, tem a elaboração do fluxo de caixa representando 25% das empresas entrevistadas e 7,14% da demonstração das origens e aplicações de recursos.

Das empresas pesquisadas que elaboram o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, igualmente, 14 empresas são do setor comércio e 4 do setor prestação de serviços. Quanto a elaboração da demonstração do lucro ou prejuízo acumulado, 12 empresas são do setor comércio e 2 do setor de prestação de serviços. Em relação a demonstração das origens e aplicações de recursos todas são elaboradas para as empresas do

setor de comércio. Já a elaboração da demonstração do fluxo de caixa e o Balancete, respectivamente, são 5 e 10 para as empresas do setor de comércio e 2 e 4 para o setor de prestação de serviços.

É necessário mencionar que tanto a demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do valor adicionado e notas explicativas não foram mencionadas por nenhum dos entrevistados, pois estas, não eram elaboradas pelos escritórios contábeis.

É importante destacar que as três primeiras demonstrações citadas e que possuem a maior porcentagem dos relatórios gerados são obrigatórias pela legislação. Já as demonstrações com percentual menor de elaboração e as não citadas por nenhum dos empresários são de livre escolha dos mesmos, não tendo a obrigatoriedade de elaboração.

Segundo Beuren (2000), é de responsabilidade da contabilidade suprir o administrador de informações úteis e atualizadas, cabe a ela gerar informações que dêem o devido suporte ao processo de tomada de decisão em todos os seus estágios: no reconhecimento do problema, na identificação das respostas possíveis e na escolha da melhor delas.

3.9 RELATÓRIOS UTILIZADOS PELAS EMPRESAS

Devido ao fato de ter pesquisado quais os relatórios contábeis são elaborados pelos escritórios contábeis, há a necessidade de verificar quais desses relatórios são utilizados e auxiliam os gestores na tomada de decisão. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 9.

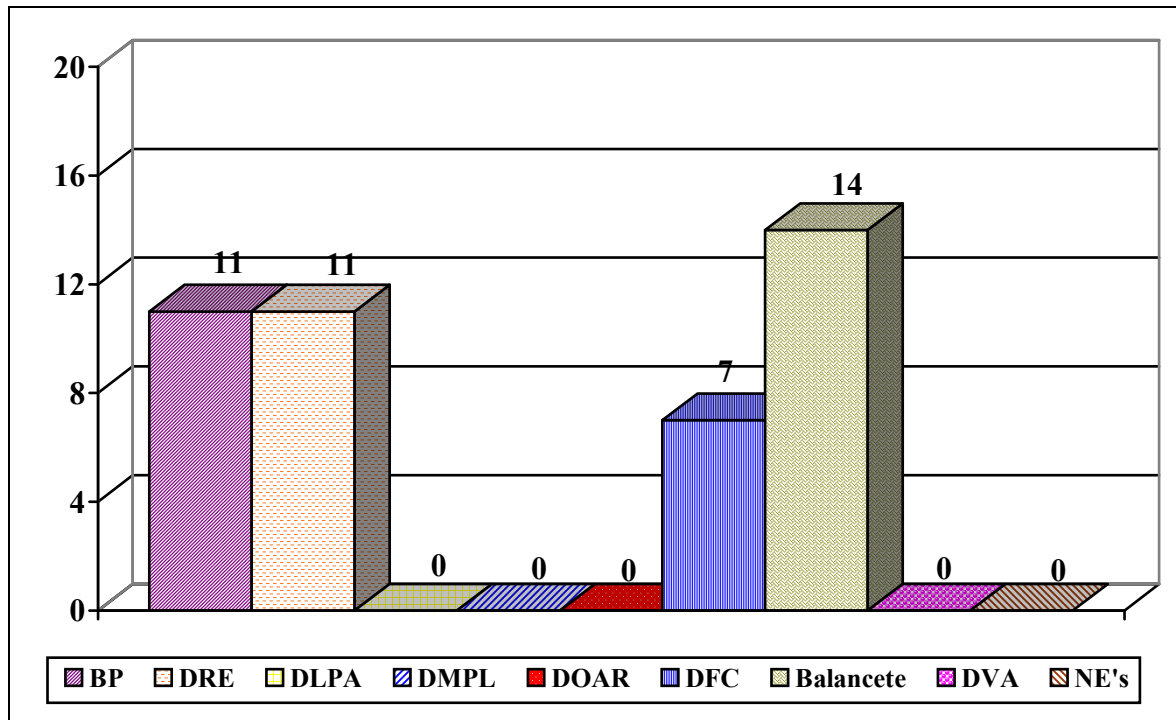


Gráfico 9: Relatórios contábeis utilizados nas empresas

Fonte: Dados da pesquisa

Das empresas pesquisadas 50% utilizam o balancete como fonte de apoio, seguido de 39,28% que utilizam o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e 25% o fluxo de caixa.

Do total de 50% que utilizam o balancete 71,43% são do setor de comércio e 28,57% do setor de prestação de serviços. Quanto ao balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício 90,91% do setor de comércio e 9,09% do setor de prestação de serviços. Já a demonstração do fluxo de caixa 71,43% representa o setor de comércio e 28,57% o setor de prestação de serviços.

Deve-se destacar a diferença relevante de 81,82% entre os setores das empresas na utilização do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício. Apenas 1 das 11 empresas é do setor de prestação de serviços e utiliza esses demonstrativos.

As demais demonstrações não são utilizadas no auxílio à tomada de decisão. Isso se deve ao fato de que algumas delas (DMPL, DVA, NE's) não são fornecidas pelos contadores como já demonstrado no gráfico 8 e as outras (DOAR e DLPA) são elaboradas somente porque são exigidas por lei. No entanto percebe-se que mesmo a DOAR sendo obrigatória a maioria dos escritórios não elaboram para que possa fazer parte dos livros contábeis.

3.10 FREQUÊNCIA DE USO DOS RELATÓRIOS

Buscou-se por meio da pesquisa verificar a frequência de uso dos relatórios contábeis que são elaborados pelos escritórios contábeis e que auxiliam na tomada de decisão dos gestores das empresas pesquisadas. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 10.

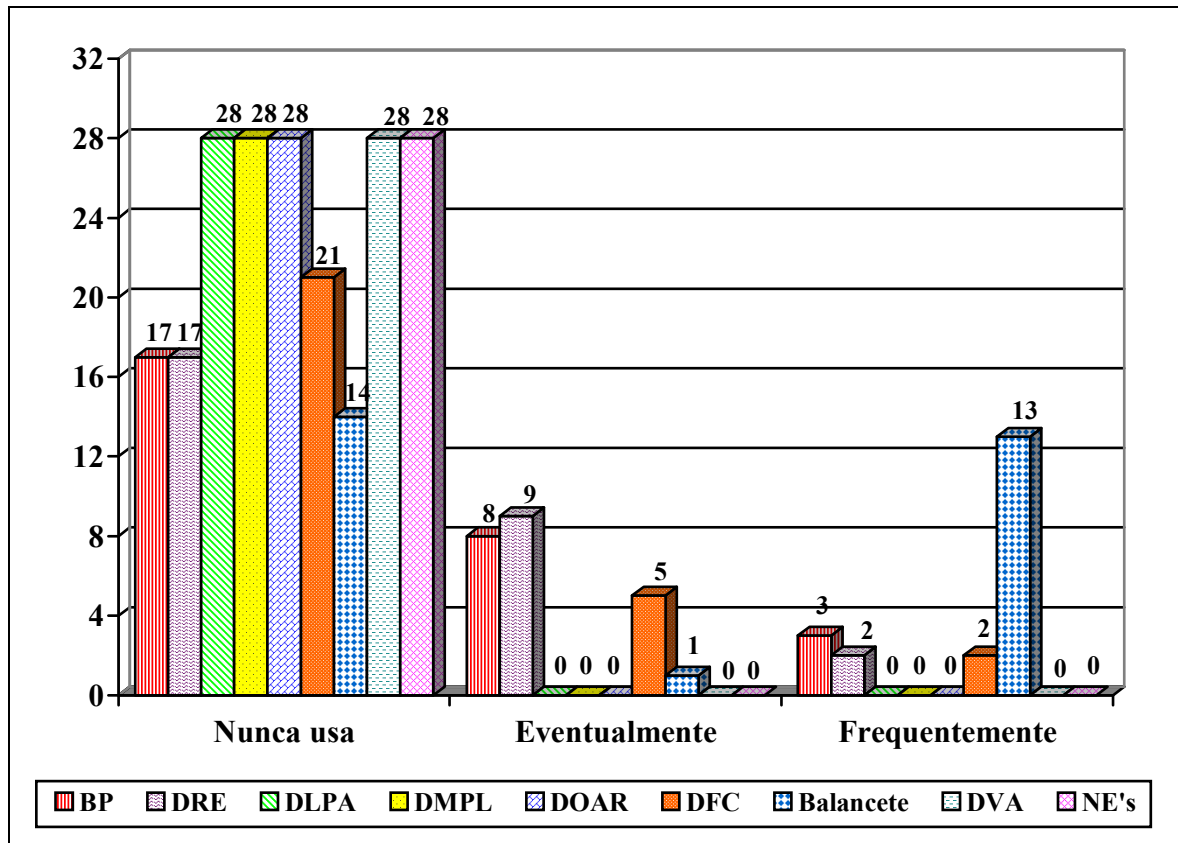


Gráfico 10: Intensidade de uso dos relatórios gerados pela contabilidade

Fonte: Dados da pesquisa

Assim sendo, verificou-se que frequentemente 46,42% das empresas pesquisadas utilizam o balancete, 7,14% utilizam a demonstração do fluxo de caixa e demonstração do resultado do exercício e 10,71% o balanço patrimonial. Eventualmente 3,57% das empresas utilizam o balancete, 17,86% usam o fluxo de caixa, 32,14% a demonstração do resultado do exercício e 28,57% o balanço patrimonial.

Das empresas que utilizam com frequência o balancete 76,92% são do setor de comércio e 23,08% representam o setor de prestação de serviços. Os demais relatórios utilizados com frequência são todos pelas empresas do setor de comércio.

Em relação aos relatórios utilizados eventualmente pelas empresas o balancete, fluxo de caixa, demonstração do resultado do exercício e balanço patrimonial, respectivamente, 100%, 40%, 11,11% e 12,5% são utilizados pelas empresas do setor de prestação de serviços,

os demais são utilizados pelas empresas do setor de comércio.

Todas as empresas pesquisadas mencionaram que nunca usam a demonstração do valor adicionado, as notas explicativas, a demonstração das origens e aplicações de recursos, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração do lucro ou prejuízo acumulado como auxílio no processo decisório.

3.11 PERIODICIDADE DO RECEBIMENTO DOS RELATÓRIOS

Buscou-se por meio da pesquisa verificar também a periodicidade em que as empresas pesquisadas recebem os relatórios elaborados pelos escritórios contábeis. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 11.

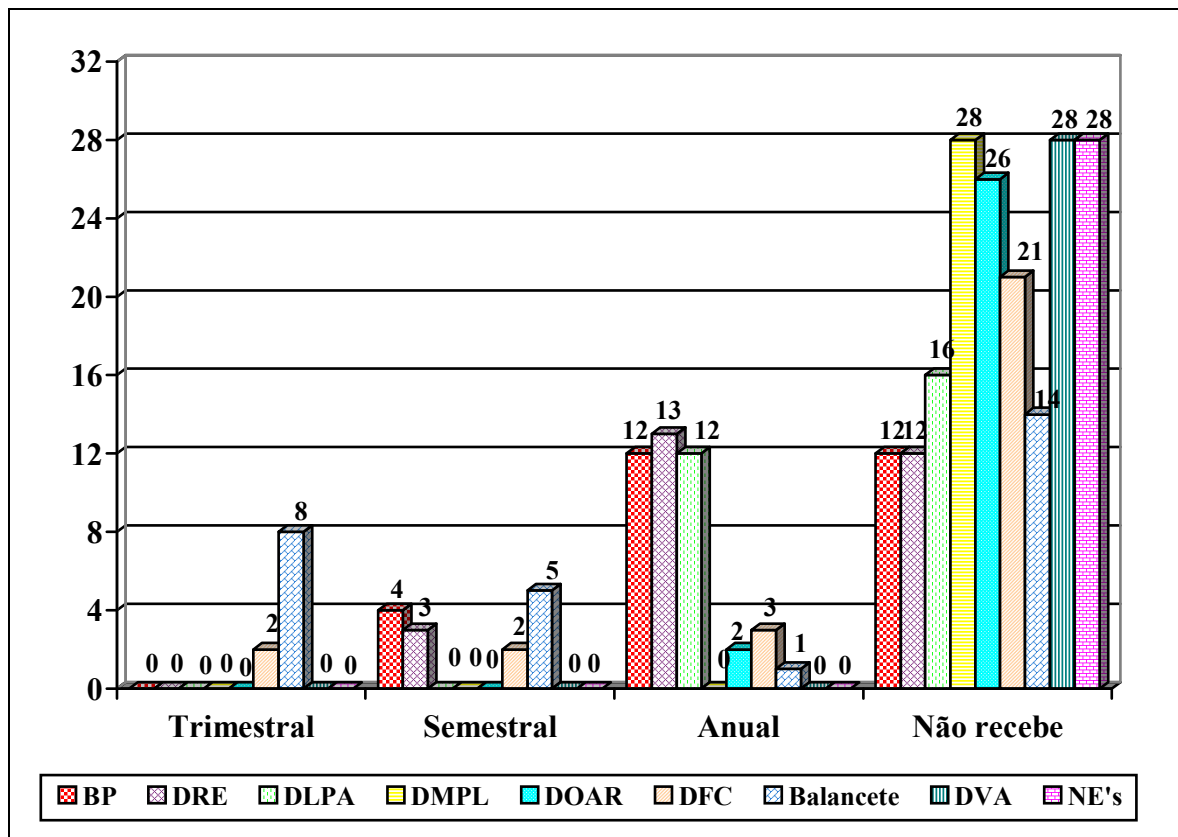


Gráfico 11: Periodicidade que a empresa recebe os relatórios contábeis

Fonte: Dados da pesquisa

Constatou-se, conforme o gráfico, que das 28 empresas pesquisadas, nenhuma usa a demonstração do valor adicionado, notas explicativas e demonstração das mutações do patrimônio líquido, fato este já mencionado anteriormente; em relação à demonstração das origens e aplicações de recursos, 26 não recebem e 2 recebem anualmente; quanto a

demonstração do fluxo de caixa, 21 não recebem, 3 recebem anualmente, 2 semestralmente e 2 trimestralmente; quanto a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados 16 não recebem e 12 recebem anualmente; em relação ao balancete 14 empresas nunca recebem, 1 recebe anualmente, 5 semestralmente e 8 trimestralmente; em relação a demonstração do resultado do exercício 12 não recebem, 13 recebem anualmente e 3 semestralmente; por último, 12 dos entrevistados responderam não receber o balanço patrimonial, 12 receber anualmente e 4 semestralmente.

Das empresas que recebem trimestralmente a demonstração do fluxo de caixa e o balancete, somente 3 das 8 que recebem o balancete, são empresas do setor de prestação de serviços, as demais são do setor de comércio.

Quanto às empresas que recebem semestralmente o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do fluxo de caixa e o balancete, respectivamente, 1 das 4 empresas, 1 das 3, e 1 das 5 são empresas do setor de prestação de serviços, as demais são todas do setor de comércio.

Já as empresas que recebem anualmente, possuem um número mais elevado em relação às demonstrações obrigatórias. Isso se deve ao fato de elaborarem os demonstrativos apenas para fins legais, ou seja, elaboração dos livros fiscais. Das empresas que recebem os relatórios anualmente apenas 2 são do setor de prestação de serviços e recebem a demonstração do lucro ou prejuízo acumulado, 3 a demonstração do resultado do exercício e 3 o balanço patrimonial. As demais são todas do setor de comércio.

3.12 FORMAS DE OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Objetivando melhor distinguir as formas de obtenção das informações pelas empresas, buscou-se verificar de que forma elas recebem. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 12.

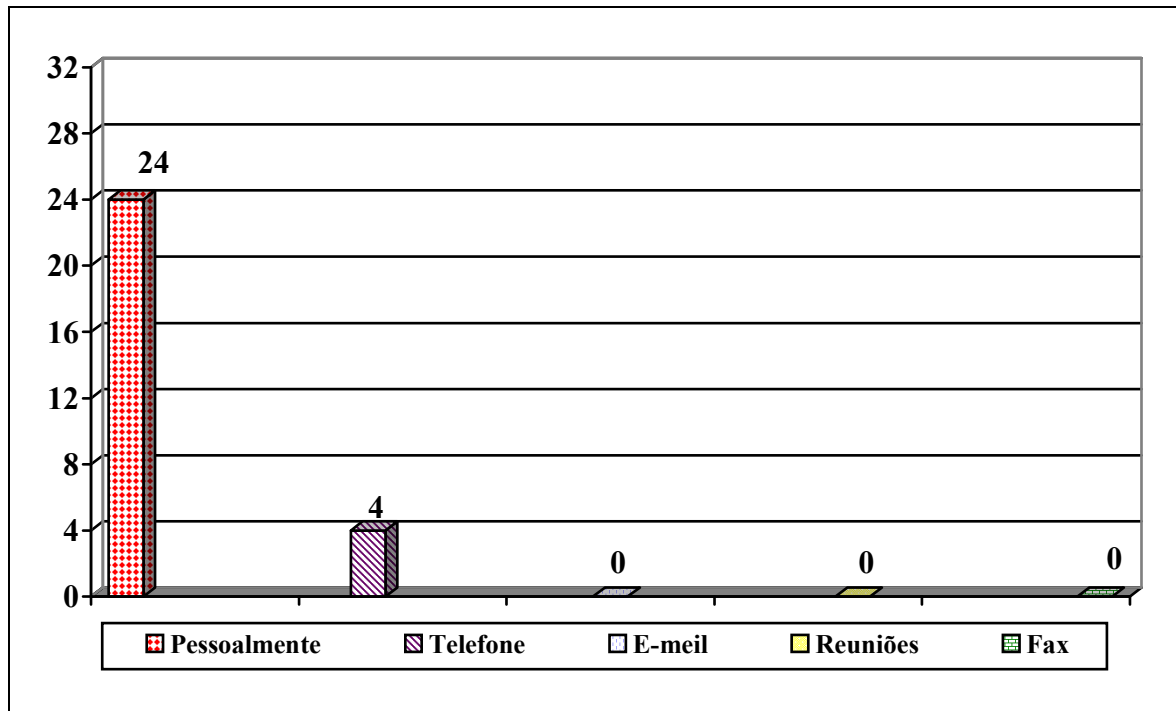


Gráfico 12: Forma de obtenção das informações

Fonte: Dados da pesquisa

Como demonstra o gráfico, das empresas pesquisadas, 85,71% responderam que para obter as informações contábeis se dirijam ao escritório contábil pessoalmente, enquanto que 14,29% dizem receber por telefone.

Das 24 empresas que recebem pessoalmente as informações, 17 são do setor de comércio e 7 do setor de prestação de serviço. Quanto àquelas empresas que recebem as informações por telefone sem se dirigir ao escritório contábil são todas do setor de prestação de serviço.

3.13 IMPORTÂNCIA DADA PELA EMPRESA AOS RELATÓRIOS

Buscou-se questionar, junto aos gestores das empresas pesquisadas, a importância dos relatórios contábeis para verificar se estas utilizam os mesmos ou não no processo decisório da empresa. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 13.

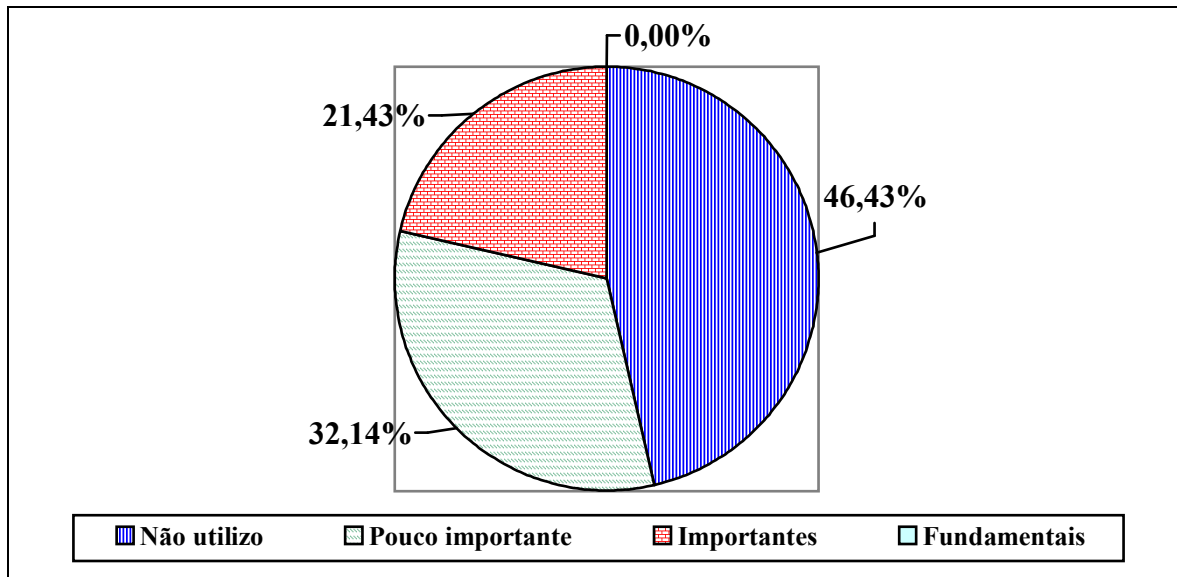


Gráfico 13: Importância dos relatórios contábeis na gestão da empresa
 Fonte: Dados da pesquisa

Assim, obteve-se como resultado que 46,43% das empresas não atribuem nenhuma importância aos relatórios contábeis porque não utilizam os mesmos, 32,14% acreditam ser pouco importante e 21,43% responderam ser importante e por isso utilizam para a gestão da empresa.

Das empresas que não atribuem nenhum valor aos relatórios contábeis 46,15% representam o setor de comércio, assim como, 66,67% que acreditam ser pouco importante e 83,33% ser importante. As demais representam o setor de prestação de serviços.

3.14 COMPREENÇÃO DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS

Objetivando melhor caracterizar as empresas pesquisadas que utilizam os relatórios contábeis como auxílio no processo decisório, buscou-se verificar qual a compreensão que os mesmos possuem desses relatórios. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 14.

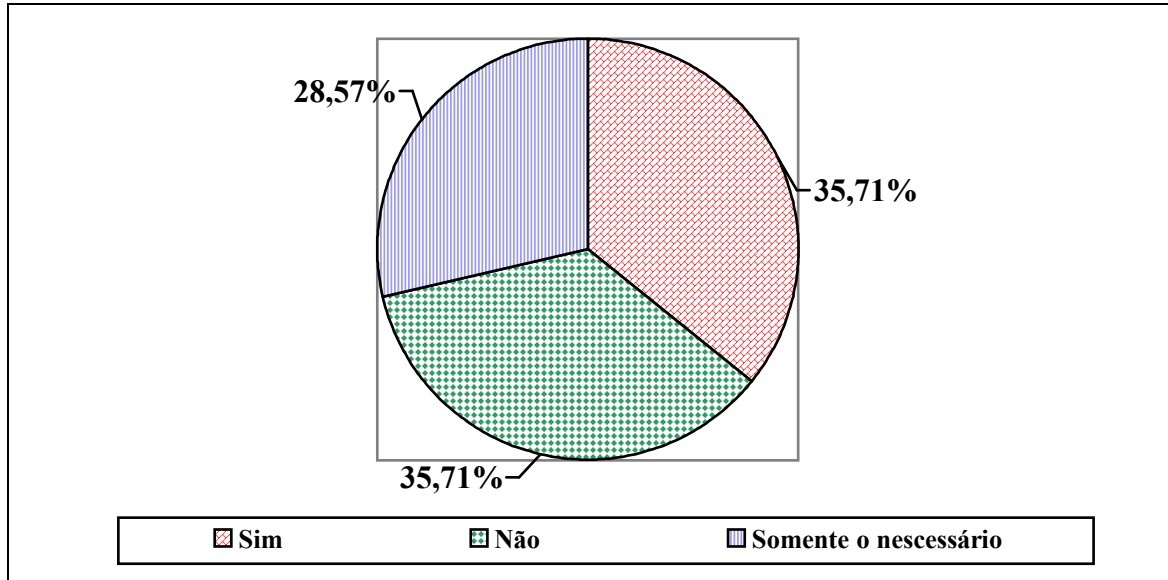


Gráfico 14: Interpretação das informações contidas nos relatórios contábeis

Fonte: Dados da pesquisa

Dessa forma constatou-se que 35,71% dos gestores entrevistados afirmam ser de fácil compreensão, na mesma porcentagem, 35,71%, responderam não ser facilmente compreensíveis e 28,57% compreendem somente o necessário.

Das empresas que afirmam ser de fácil compreensão, 90% representam o setor de comércio, assim como, 30% responderam não ser de fácil compreensão e 62,5% compreendem somente o necessário. As demais representam o setor de prestação de serviços.

3.15 BUSCA POR ORIENTAÇÃO

Com a finalidade de verificar se são sanadas as dúvidas, referente aos relatórios contábeis, buscou-se verificar se os mesmos procuram os contadores para esclarecê-las. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 15.



Gráfico 15: Orientação sobre as questões contábeis
 Fonte: Dados da pesquisa

Para obter orientação sobre as informações contábeis, caso não entendido, a fim de facilitar a compreensão e uso dos relatórios contábeis enviados, 64,29%, dos quais 72,22% representam o setor de comércio e o restante o setor de prestação de serviços, respondeu que procuram o contador para sanar suas dúvidas, enquanto que 35,71%, onde 40% são empresas do setor de comércio o restante é do setor de prestação de serviços, dizem não procurar, pois não utilizam os relatórios contábeis na gestão de sua empresa.

É notória que a utilização e a procura pela orientação dos relatórios contábeis é maior no setor de comércio do que no setor de prestação de serviços. No entanto, é de suma importância, que independentemente do ramo da empresa, que os administradores devem dar importância aos relatórios e que antes de tomarem suas decisões com base nos relatórios contábeis devem estar certificados das interpretações dos mesmos para que não possam ser afetados com decisões precipitadas. Dessa forma, é essencial que se busque a compreensão junto a pessoas que entendam melhor e podem esclarecer as dúvidas.

3.16 AMPLITUDES DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS

Junto às empresas pesquisadas que elaboram os relatórios contábeis, buscou-se identificar se estes relatórios refletem a realidade das mesmas. Iudícibus, Martins e Gelbcke (2006) asseguraram que as demonstrações contábeis são a principal informação que revela a situação patrimonial e dos resultados obtidos e que pode ser de valor junto aqueles que

tenham ou possam vir a ter interesse na avaliação da empresa. Dessa forma é notório que ter a real situação registrada nos relatórios contábeis é fundamental. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 16.

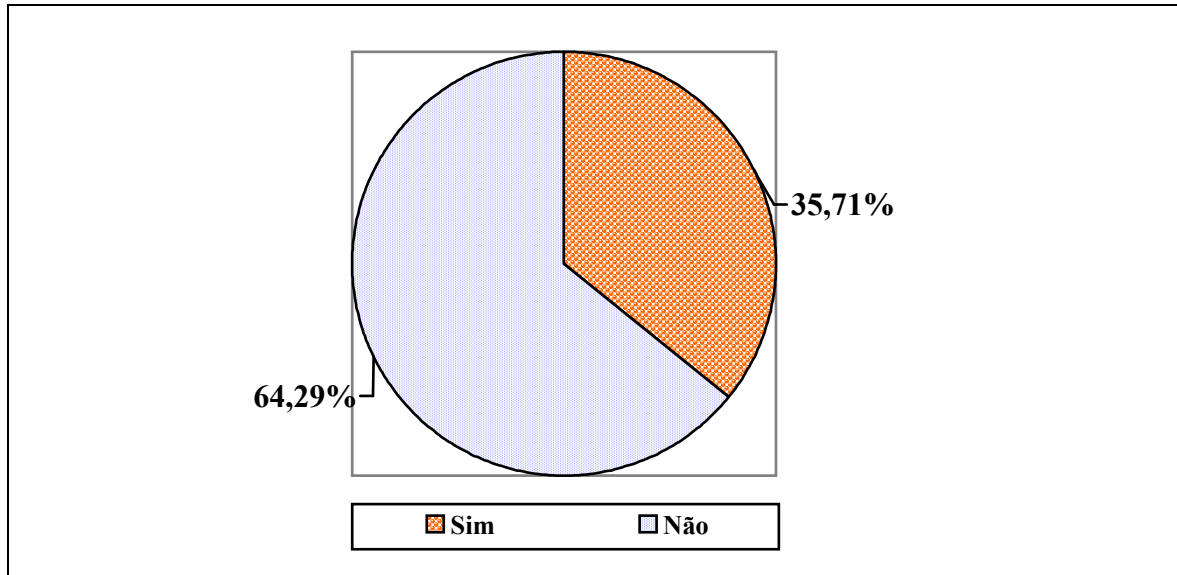


Gráfico 16: Realidade da empresa refletida pelos relatórios contábeis

Fonte: Dados da pesquisa

A pesquisa revelou que das empresas pesquisadas, 64,29% afirmam que os relatórios contábeis gerados pelos contadores não refletem a realidade da empresa e 35,71% responderam refletir a situação atual.

Das 64,29% empresas na quais os gestores afirmaram que os relatórios contábeis não refletem a realidade 10 das 18 representam o setor de comércio, ou seja, 55,55% da amostra. Quanto aquelas que os gestores responderam representar a real situação da empresa 7 das 10 são do setor de comércio, ou seja, 70% da amostra. As demais 8 das 18 e 3 das 10, que perfazem o total de 28 empresas fazem parte do setor de prestação de serviços.

3.17 ÁREA DE PREOCUPAÇÃO DOS GESTORES

Para melhor visualização das preocupações dos gestores quanto a sua empresa, procurou-se identificar qual a área que mais lhe preocupa. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 17.

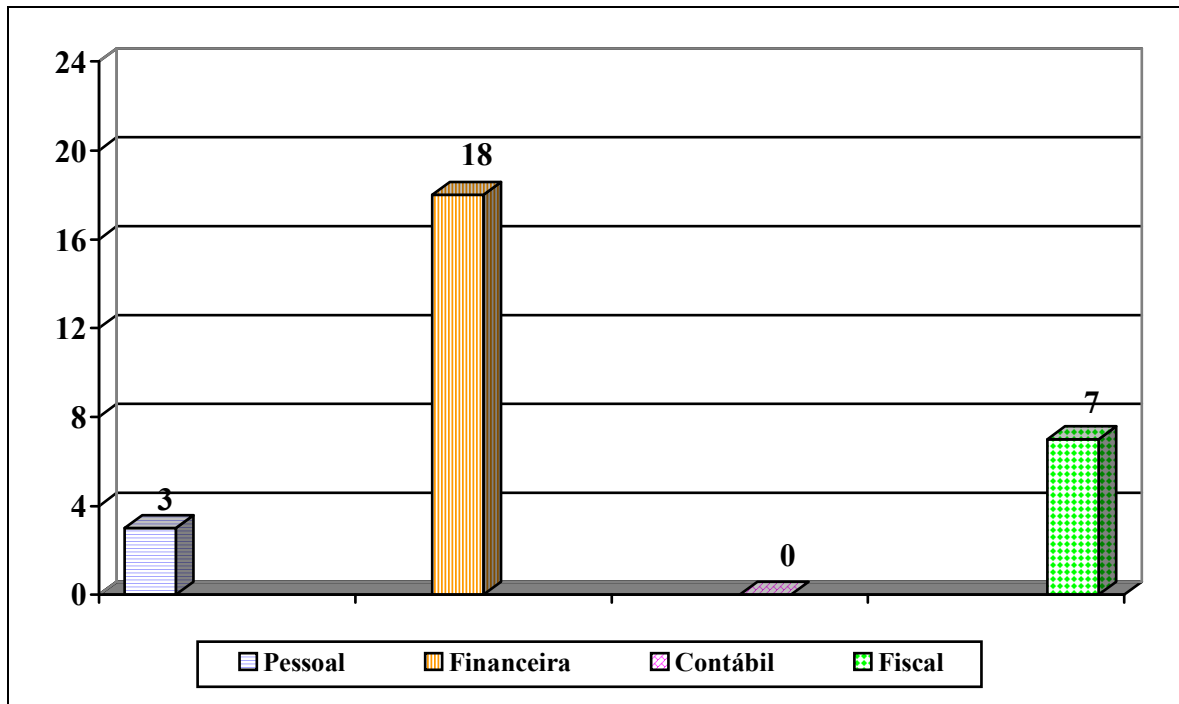


Gráfico 17: Áreas que preocupam os gestores das empresas

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o gráfico 17 a área de mais preocupação dos gestores das empresas pesquisadas é a financeira, fato este, respondido por 64,29% dos entrevistados, seguido de 25% da área relacionada ao fiscal e 10,71% relacionados à área pessoal. Nenhum dos entrevistados se preocupa com a área contábil.

Fazem parte do setor comercial 61,11% das empresas que responderam a área financeira, todas que mencionaram a área do pessoal e 42,86% das que responderam o fiscal. As demais fazem parte do setor de prestação de serviços.

Estas respostas mostram porque estes empresários não utilizam os relatórios contábeis. Ou seja, como 75% das preocupações deles estão voltadas para os setores financeiro e pessoal, estes deixam de lado o foco da contabilidade dos escritórios que é o setor fiscal (apenas 25%). Ajuda também, a colocar em xeque o mito de que os micro e pequenos empresários só querem saber da parte fiscal, talvez isto seja porque os contadores não sabem dar respostas aos problemas dos empresários ou os desconheçam.

3.18 DISPOSIÇÃO EM UTILIZAR OS RELATÓRIOS

Questionou-se aos gestores da possibilidade de utilizarem alguns dos relatórios contábeis ainda não utilizados por eles para verificar se os mesmos estariam dispostos a utilizá-los. Os dados estão ilustrados conforme o gráfico 18.

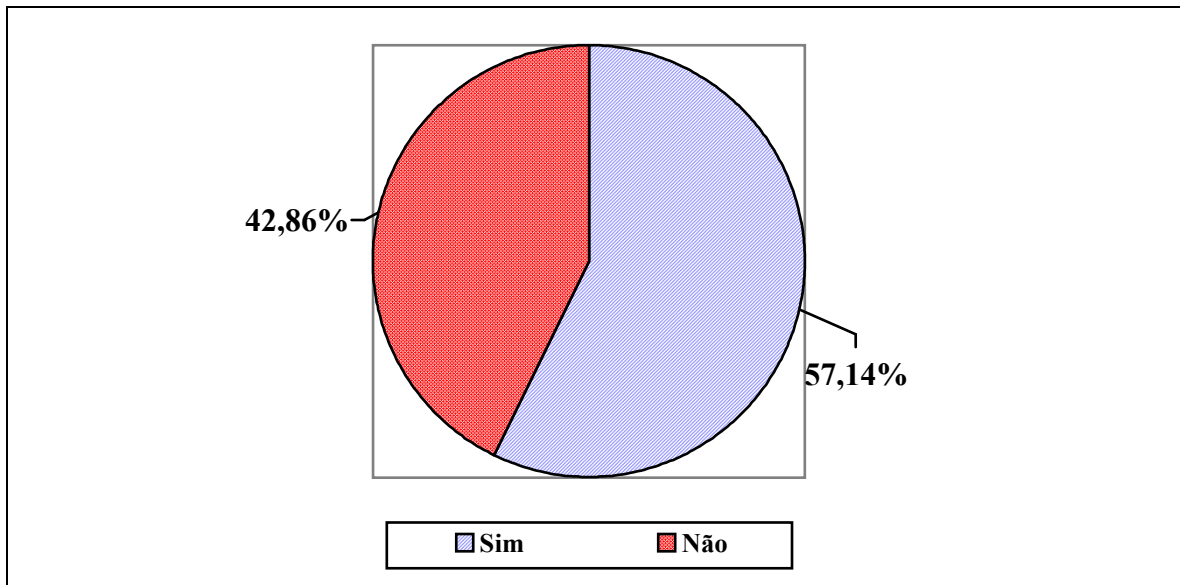


Gráfico 18: Disponibilidade do uso dos relatórios

Fonte: Dados da pesquisa

Constatou-se que 57,14%, na qual 75% representam o setor de comércio e 25% representam o setor de prestação de serviços, responderam estar dispostos para melhor entendê-los. No entanto, 42,86%, na qual 41,67% representam o setor de comércio e 58,33% representam o setor de prestação de serviços, responderam que não, pois consideram não ser importantes ou somente os que usam já são suficientes.

3.19 DISPOSIÇÃO EM PAGAR MAIS PELAS INFORMAÇÕES

Questionou-se também a possibilidade de se pagar mais ao profissional de contabilidade para receber relatórios contábeis confiáveis e que auxiliaria na tomada de decisão. Os dados estão ilustrados conforme gráfico o 19.

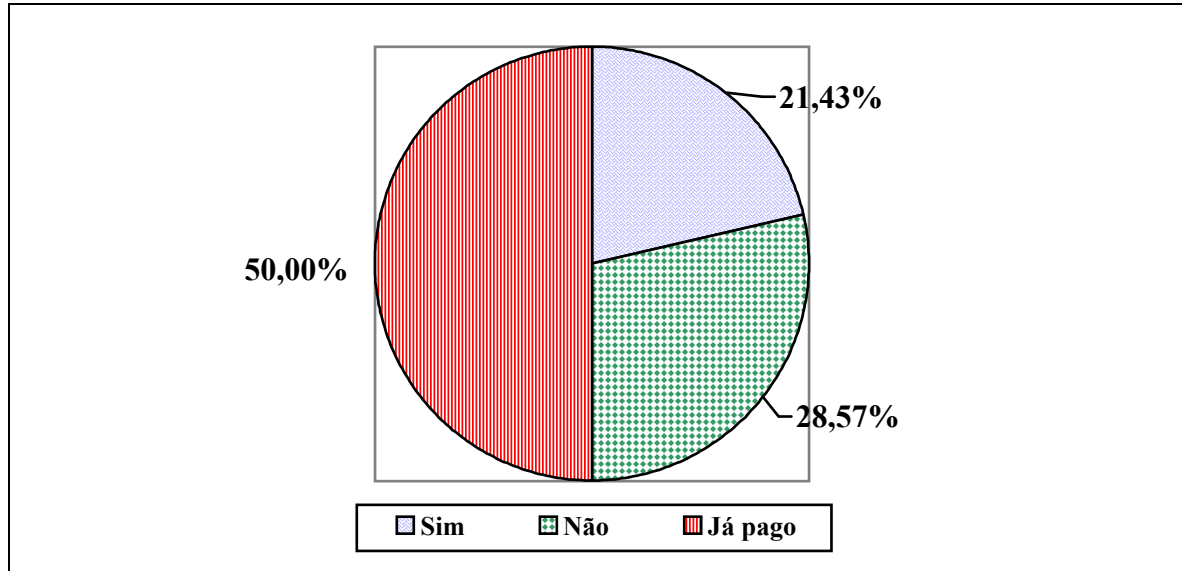


Gráfico 19: Disponibilidade em pagar mais ao profissional contábil para receber informações mais detalhadas

Fonte: Dados da pesquisa

Constatou-se que 21,43% dos pesquisados responderam que estariam dispostos a pagar para se obter informações mais detalhadas e confiáveis, seguido de 28,57% que afirmaram não pagar por não tomarem suas decisões com base de dados fornecidos pela contabilidade, e por fim, 50% responderam que utilizando ou não os dados contábeis eles já pagam por esses serviços.

Fazem parte do setor comércio 14,29% das empresas que responderam que estariam de acordo em pagar, 14,28% das que afirmaram não pagar e 32,14% das que já pagam. As demais são do setor de prestação de serviços.

3.20 COMENTÁRIOS FINAIS SOBRE A PESQUISA

Com a aplicação do questionário nas empresas selecionadas e a análise dos dados colhidos, percebe-se que apesar do potencial da contabilidade no auxílio do processo de gestão das micro e pequenas empresas, este processo ainda é falho.

Verifica-se por meio da pesquisa que a maioria das empresas estão inseridas no mercado a um tempo significativo e possuem funcionários. No entanto, poucas procuram os escritórios de contabilidade para auxílio na sua gestão por meio dos relatórios contábeis.

De uma forma geral, as que procuram, na maioria das vezes são para fins fiscais e legais, ou seja, para serviços relacionados com a elaboração de Darf's e lançamento de notas

fiscais e para regularizar os documentos relacionados aos funcionários.

Poucas são as empresas que tem a contabilidade como uma verdadeira fonte de apoio. Algumas acabam elaborando os relatórios contábeis apenas para fechamento do período, isto é, apenas para elaboração dos livros fiscais. Destacando ainda aqui que 35,71% da amostra nem isso fazem.

Cabe mencionar que alguns dos demonstrativos citados no questionário, como a DVA, NE's e DMPL, nem são elaboradas pelos escritórios contábeis. Dessa forma, os gestores não se interessam em se informar para que servem esses demonstrativos.

Deve-se considerar também o fato de que 64,29% dos entrevistados afirmam que os relatórios contábeis não refletem a realidade das empresas, haja vista, que identificar a real situação da empresa é fundamental para sua avaliação.

Outro fator relevante na pesquisa é qual a área em que os gestores se preocupam. Conforme a pesquisa 17 dos 28 gestores pesquisados se preocupam com a área financeira. No entanto, isso acaba contrariando o mito de que o setor fiscal seria o de maior preocupação.

É preocupante também o fato de muitos dos gestores pesquisados não estarem dispostos para utilizar os relatórios contábeis como auxílio na tomada de decisão, pois não consideram importante ou acham que os que utilizam (BP, DRE, DFC e balancete) já são suficientes.

Quanto a disponibilidade em pagar mais ao profissional de contabilidade para receber relatórios contábeis para auxílio no gerenciamento, o número é satisfatório, pois, do total da amostra 50% já pagam independentemente de utilizar ou não. Convém destacar também, que 21,43% estaria dispostos a pagar mais.

Dessa forma, cabe mencionar que a contabilidade pode contribuir e muito na administração das micro e pequenas empresas. No entanto, é de responsabilidade dos contadores fazer com que os usuários possam entender e adquirir informações relevantes de modo a suprir suas necessidades.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

4.1 CONCLUSÕES

Sabe-se que diversos são os recursos que podem ser utilizados para aprimorar a gestão das Micro e Pequenas Empresas. No entanto, o presente trabalho, representa o estudo da importância da Contabilidade como um instrumento de auxílio e orientação na gestão do negócio. Também investiga sobre a utilidade da contabilidade no dia-a-dia das micro e pequenas empresas da grande Florianópolis.

No contexto altamente globalizado e o crescente acirramento da concorrência, torna-se crescente a importância das Micro e Pequenas Empresas para o desenvolvimento do país. Entretanto, devido à falta de apoio confiável e seguro para o auxílio no processo decisório muitas encerram suas atividades antes de completarem seus primeiros anos de existência.

Nesse sentido, é necessário que os gestores tenham conhecimento da importância de uma contabilidade completa e eficiente. E que assim, demonstre a verdadeira situação patrimonial da empresa, pautada em dados reais, confiáveis e completos, possibilitando elaborar relatórios contábeis que demonstrem a situação econômica e financeira da empresa e que sirvam de apoio para tomada de decisão.

Cada vez mais, a informação é um importante aliado e torna-se determinante para o sucesso gerencial. Ela é a essência no apoio ao processo da tomada de decisão. Cabe a contabilidade (contadores) cumprirem seu papel e assumir o seu lugar neste processo. Ou seja, eles devem extrair as informações dos relatórios contábeis para auxiliar na tomada de decisão.

Dessa forma, o presente estudo, buscou responder a seguinte pergunta da pesquisa: “Qual a importância e utilização da contabilidade para tomada de decisões nas micro e pequenas empresas?”. A resposta desta pergunta passa a respondida na seqüência, assim como os objetivos.

Com base na fundamentação teórica, buscou-se conceituar as Micro e Pequenas Empresas dando ênfase a sua importância no contexto sócio-econômico e ainda, demonstrar a importância da contabilidade através dos seus relatórios contábeis e do profissional contábil em termos de suporte a tomada de decisão.

Em relação à importância e utilização da contabilidade para tomada de decisão nas micro e pequenas empresas, ao longo da pesquisa constatou-se que o processo decisório é

pouco influenciado pela contabilidade. Dentre as razões desta pode-se apontar o fato de que os relatórios contábeis não refletem a realidade das empresas. Percebeu-se, também, que alguns serviços contábeis realizados pelos escritórios para as empresas pesquisadas se devem a forte influência fiscal e legal. Fatos estes preocupantes, uma vez que demonstra a desvalorização da contabilidade como ciência verdadeira e significativa no auxílio aos gestores dentro do seu ambiente empresarial.

Poucos são os relatórios que as empresas utilizam como suporte na gestão. Estas utilizam apenas o Balancete (50%) como fonte de apoio, o Balanço Patrimonial (39,28%), a Demonstração do Resultado do Exercício (39,28%) e o Fluxo de Caixa (25%). Constatou-se que relatórios como a demonstração das origens e aplicações de recursos e a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, são elaboradas somente porque são exigidas por lei. No entanto, percebe-se que mesmo a DOAR sendo obrigatória, a maioria dos escritórios não elaboram para que possa fazer parte dos livros contábeis. Relatórios como a demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do valor adicionado e notas explicativas não são elaboradas pelos escritórios e assim não são utilizadas no auxílio à tomada de decisão.

É importante ressaltar que a intensidade do uso dos relatórios contábeis pela empresa varia. Dessa forma, constatou-se que freqüentemente 46,42% das empresas pesquisadas utilizam o balancete, 7,14% utilizam a demonstração do fluxo de caixa e demonstração do resultado do exercício e 10,71% o balanço patrimonial. Eventualmente 3,57% das empresas utilizam o balancete, 17,86% usam o fluxo de caixa, 32,14% a demonstração do resultado do exercício e 28,57% o balanço patrimonial.

Além disso, constatou-se que somente alguns gestores (35,71%) possuem facilidade em entender os relatórios contábeis que são utilizados. Os demais não acham de fácil compreensão (35,71%) ou entendem somente o necessário e (28,57%). Os que não compreendem são justamente os gestores que não utilizam e também não procuram orientação para utilizá-los, pois não consideram importante.

Ainda, por meio do levantamento de dados, pôde-se identificar que mais da metade dos gestores (57,14%) estão disponíveis em utilizar os demonstrativos que não são elaborados pelos escritórios contábeis como fonte de apoio à tomada de decisão. Entretanto os demais (42,86%) responderam que não, pois consideram não ser importantes pois julgam suficientes as que já utilizam.

Cabe finalizar, mencionando que a contabilidade pode contribuir e muito na administração das micro e pequenas empresas, no entanto, é de responsabilidade dos

contadores fazer com que os usuários possam entender e adquirir informações relevantes de modo a suprir suas necessidades. Afinal, percebe-se a valorização e a necessidade do auxílio informacional da Contabilidade para a gestão dos Micro e Pequenos Empresários.

4.2 RECOMENDAÇÕES

Devido à importância da contabilidade no processo decisório das Micro e pequenas Empresas, faz-se necessário a realização de outros estudos acerca do assunto abordado. Neste sentido, recomenda-se que novos estudos sobre o tema investiguem os seguintes aspectos: i) quais as razões que levam as empresas a não disponibilizar todas as informações sobre suas empresas, levando, por consequência, a DC's incompletas; ii) qual o tipo de informação pela qual os micro e pequenos empresários estariam dispostos a pagar mais; iii) checar com mais empresas se de fato $\pm 75\%$ das preocupações deles está voltada para as áreas financeira e de pessoal.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. São Paulo: Atlas, 2001.

BARROS, Frederico Robalinho de. **Pequena e Média Empresa e Política Econômica: um desafio à mudança**. Rio Janeiro: Apec, 1978.

BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento de informações: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 1998.

BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 2000.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, André Andrade. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. PALÁCIO DO PLANALTO. **Decreto 5.028 de 31 de março de 2004**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

_____. **Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Lei das Sociedades por Ações. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

_____. **Lei 7.256 de 27 de novembro de 1984**. Estatuto da Microempresa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

_____. **Lei 9.317 de 5 de dezembro de 1996**. Regulamentação do SIMPLES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

_____. **Lei 9.841 de 5 de outubro de 1999**. Estatuto das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

_____. **Lei 123 de 14 de dezembro de 2006**. Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. 3. ed. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHIAVENATO, Idalberto. **Vamos abrir um novo negócio.** São Paulo: Makron Books, 1995.

_____. **Iniciação a administração geral.** 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1998.

DEITOS, Maria Lúcia Melo de Souza. **A gestão da tecnologia em pequenas e médias empresas:** fatores limitantes e formas de superação. Cascavel: Edunioeste, 2002.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia.** São Paulo: Atlas, 1993.

FÁVERO, Hamilton Luiz et al. **Contabilidade:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1995.

FIGUEIREDO, Sandra M. A. **A Contabilidade e a gestão empresarial:** a controladoria. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, ano XXIV, nº 93, p. 20-34, maio/junho. 1995.

FREZATTI, Fábio. **Gestão do Fluxo de caixa diário:** como dispor de um instrumento fundamental para o gerenciamento do negócio. São Paulo: Atlas, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1987.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos. **Introdução a Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações:** aplicável também às demais sociedades. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JUNIOR, José Hernandez Perez; BEGALLI, Glauco Antonio. **Elaboração das demonstrações contábeis.** 2. ed. São Paul: Atlas, 1999.

KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI**: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Futura, 1999.

LUCA, Márcia Martins Medes de. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Eliseu; ASSAF NETO, Alexandre. **Administração Financeira**: as finanças das empresas sob condições inflacionárias. São Paulo: Atlas, 1988.

MONTALDO, Oscar. **A realidade econômica internacional e a profissão contábil**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, v. 24, n. 92, p. 18-24, mar./abr. 1995.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello; FISCH, Silvio. **Controladoria**: seu papel na administração das empresas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NASI, Antônio Carlos. **A contabilidade como instrumento de informação, decisão e controle da gestão**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, v. 23, n. 77, abr./jun. 1994.

OLIVEIRA, Djalma P. R. **Planejamento Estratégico**: Conceitos, Metodologia e Práticas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica**: uma introdução à prática contábil. São Paulo: Atlas, 1989.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo. Atlas, 1999.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade Financeira**. São Paulo: Atlas, 2005.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Boletim Estatístico de Micro e Pequenas Empresas, 2004**. Disponível em: <[http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/03DE0485DB219CDE0325701B004CBD01/\\$File/NT000A8E66.pdf](http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/03DE0485DB219CDE0325701B004CBD01/$File/NT000A8E66.pdf)>. Acesso em: 30 agos. 2007.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Demonstrações Financeiras:** abrindo a caixa preta. São Paulo: Atlas, 1997.

STONER, James Arthur Finch; FREEMAN, R. Edward. **Administração.** 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

TINOCO, João Eduardo Prudência. **Balanço Social:** uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Questionário

1- Qual o seu ramo de atividade?

- Indústria
- Comércio
- Serviço

1- Há quanto tempo sua empresa atua no mercado?

- Até 4 anos
- De 4 a 8 anos
- De 8 a 12 anos
- Mais de 12 anos

3- Quantos empregados trabalham na empresa?

- De 1 a 3 funcionários
- De 4 a 7 funcionários
- De 8 a 11 funcionários
- Mais de 12 funcionários
- Somente os sócios

4- O seu contato com o contador acontece:

- Semanalmente
- Mensalmente
- Trimestralmente
- Anualmente
- Somente quando necessário

5- Quais os tipos de documentos/dados fornecidos pela empresa para o escritório de contabilidade?

- Documentos relacionados aos funcionários
- Notas Fiscais
- Duplicatas
- Documentos relacionados a despesa e receita da empresa
- Outros: _____

6 – Os documentos citados na questão 4 são entregues nas datas estabelecidas pelo escritório de contabilidade?

Sim Não

7- Quais os serviços prestados pelo escritório de contabilidade a sua empresa?

Documentos relacionados ao funcionário

Darf's e guias para pagamento de tributos

Relatórios contábeis

Livros contábeis

Contratos e/ou alteração contratual

Outros _____

8- Quais os relatórios contábeis são gerados pelo sistema contábil para sua empresa?

Relatórios	Utilizados
Balanço Patrimonial	
Demonstração do Resultado do Exercício	
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	
Fluxo de caixa	
Balancete	
Demonstração do Valor Adicionado	
Notas Explicativas	

9- Quais dos relatórios contábeis gerados pelo sistema contábil e são utilizados na sua empresa?

Relatórios	Utilizados
Balanço Patrimonial	
Demonstração do Resultado do Exercício	
Demonstração dos Lucros ou prejuízos Acumulados	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	

Fluxo de caixa	
Balancete	
Demonstração do Valor Adicionado	
Notas Explicativas	

10- Qual a intensidade de uso dos relatórios gerados pelo sistema contábil em sua empresa?

Relatórios	Intensidade			
	Nunca usa	Eventualmente	Frequentemente	Sempre
Balanco Patrimonial				
Demonstração do Resultado do Exercício				
Demonstração dos Lucros ou prejuízos Acumulados				
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos				
Demonstração do Fluxo de caixa				
Balancete				
Notas Explicativas				
Demonstração do Valor Adicionado				

11- Com que periodicidade sua empresa recebe os relatórios c/ informações contábeis dos escritórios de contabilidade?

Relatórios	Intensidade			
	Trimestral	Semestral	Annual	Não Recebo
Balanco Patrimonial				
Demonstração do Resultado do Exercício				
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados				

18 - Caso não utilize alguns dos relatórios contábeis, citados na questão 8, para auxiliar na tomada de decisão, o Sr.(a) estaria disposto a utilizá-los, caso fossem mais compreensíveis para quem não é especialista no assunto?

Sim

Não

19 – O Sr.(a) estaria disposto a pagar mais ao profissional da contabilidade para receber informações contábeis, citado na questão 8, para auxílio na tomada de decisão de sua empresa?

Sim

Não

Já pago